

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO SÓCIO ECONÔMICO

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

ANDREIA PEREIRA DA SILVA

**SERVIÇO SOCIAL NO CAMPO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: INCIDÊNCIA E
CONCEITOS NORTEADORES DA AÇÃO PROFISSIONAL**

FLORIANÓPOLIS
2014

ANDREIA PEREIRA DA SILVA

**SERVIÇO SOCIAL NO CAMPO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: INCIDÊNCIA E
CONCEITOS NORTEADORES DA AÇÃO PROFISSIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Carla Rosane Bressan.

FLORIANÓPOLIS

2014

AGRADECIMENTOS

Chegada a hora dos agradecimentos e um misto de sentimentos tomam conta. E acabo deparando-me com uma trajetória de 23 anos até este momento, e me vem na cabeça a minha música, do meu querido “Fabinho” (risos):

“Você já sabe, me conhece muito bem. E eu sou capaz de ir e vou muito mais além, do que você imagina. Eu não desisto assim tão fácil, meu amor Das coisas que eu quero fazer e ainda não fiz. Na vida tudo tem seu preço e seu valor. E eu só quero dessa vida é ser feliz e Eu não abro mão...” (20 e Poucos Anos - Fábio Jr.).

Embalada por está música ao longo dos anos, muitas pessoas especiais e fundamentais escreveram comigo minha trajetória, o que acarretou no meu crescimento pessoal e sem dúvida profissional. E agora chegou um daqueles momentos em que devemos agradecer, e apenas agradecer. Desta forma teço meus agradecimentos.

Primeiramente agradeço imensamente a Adriana Ferreira da Silva pelo apoio, pelo carinho, pelo acolhimento, por uma trajetória com milhões de curvas onde você foi minha tia, minha mãe. Com você eu aprendi a gostar de Chico Buarque, Marisa Monte, Raul Seixas, ter uma queda incrível pelo Elvis Presley e amar filmes antigos. Com você eu aprendi a amar a literatura, e assim eu comecei a devorar poesias e afins. Com você eu aprendi a respeitar os espaços dos bichinhos, e acabei deixando fazer parte da minha vida dois gatinhos lindos e gordos *Petruchio e Violeta Parra*. Muita coisa aconteceu quando eu entrei na sua vida (ou foi ao contrário, risos), eu só sei que eu agradeço imensamente e sei que está conquista também é sua.

Agradeço imensamente a “loira” que entrou na minha vida, e digo Mariana Mrotskoski Niero, o que a Moradia Estudantil uniu ninguém mais separa <3 (risos). Obrigada por todo o apoio, por todas as gordices, pelas loucuras, pela vivência, pelo cuidado, pelo amor que aprendemos a cultivar, e principalmente pela tolerância e paciência. Minha graduação foi muito mais feliz e animada com sua presença. (É pra vida toda!!! Joguei praga hein, vai pegar!!!)

E não posso esquecer aquelas pessoas que já passaram pelos apartamentos 330 e 331, Jamile Sampaio, Marina Machado, Jéssica Podeleski, Francine Pacheco, as irmãs Patrícia e Cristina Link Runtzel, Laís Santos e Anderson Nascimento, a Juliana Mazurkiévicz e Mônia Agnol... Meu muito obrigado a cada um de vocês, nossos momentos foram maravilhosos, e nossas loucuras vou guardar todas: as confraternizações de final de semana, bem como os cafés da tarde, por todas as músicas e pelas comemorações e festas de Natal, por tudo mesmo, pelo conhecer, pelo carinho, pela partilha. O que vale é os momentos independente de qualquer coisa, e não se esqueçam *“Qualquer maneira de amor vale a pena, Qualquer maneira de amor vale amar”*. Seus lindos <3

A grande amiga e colega de Curso Ana Carla Carvalho, minha flor, você é muito especial em minha vida só tenho a agradecer todos os momentos. Adoro nossas conversas reflexivas sobre o Amor, e sobre a vida em geral (risos), e as músicas de Shakira serão eternizadas por causa de você... Aninha obrigada por tudo!

A minha amigona Deise Olídia pela companhia nesta trajetória de graduação (Amiga conseguimos), meu muito obrigado, você é uma vencedora ☺

E dos irmãos que assim vieram, não posso esquecer-me do meu grande e maior amigo de todos os tempos (tempos de Natália Reginato) Sr. Leonardo Müller, ou melhor, “Minduim” amigo obrigada por me aturar quando vou para Curitiba, obrigada pelas conversas, desejo imensamente pra ti muito sucesso pessoal e profissional. E vamos comemorar, pois é ano de formatura!!! Vivaa !!!☺

Ao meu mano querido Sr. Rodrigo Chagas, obrigada por aguentar as loucuras aqui em casa, obrigada pelas belas músicas no violão que me deixavam um pouco mais feliz ou não tão estressada, obrigada pelos chocolates. Desejo tudo de bom pra ti, e, por favor, não pare de tocar Legião Urbana !!!!

E ao irmão de Luta e de Curso, Sr. Luiz Antônio, mano meu muito obrigada por tudo, trilhamos uma graduação juntos, nos ajudamos nos xerox, ou no dim dim de final de mês, divergimos algumas vezes mas sempre podíamos contar um com o outro. Eu só tenho a agradecer por tudo.

E no meio de toda esta graduação você minha irmã querida Sr^a Andressa Marchi me auxiliou, mesmo estando longe. E ao nosso modo, vamos traçando nossas históricas com nossas pequenas/grandes crianças: Loysi e Ale. Os pequenos são a melhor geração que nossa família teve, e por eles penso a cada momento a beleza de se ter uma família.

Não posso esquecer-me de agradecer a duas boas senhorinhas que entraram na minha vida Dona Nelcy Marchi, por toda dedicação, firmeza, carinho e acolhimento, por ti Tia querida aprendi a tabuada e ter gosto pela leitura. Você acolheu ao seu modo, e abriu seu coração para três belas meninas, e nisso só ganhamos. Outra velhinha querida é a Dona Dulcinéia, com um coração imenso ganhou mais uma netinha, e com ela aprendi que com tantas dificuldades, nunca se deve perder a gentileza, o cuidado. É uma velhinha de coração puro.

Duas outras pessoas que muito contribuíram para minha chegada à Universidade foram a Rosa e o Ramon Espejo, meu muito obrigado, por todo carinho, apoio, nunca vou esquecer-me de vocês e dos bichinhos.

Agradeço imensamente a M^a Cristina Salomon Guimarães e a Raquel Ezymcrak Fachin, pelas inserções em vivência de estágio, que oportunizaram a aproximação com a prática do exercício profissional, bem como as demandas em cada área. Foi um dos melhores momentos da minha graduação, e vão contribuir muito para minha atuação. Agradeço novamente a Raquel pelo desafio para participar da banca de defesa, e partilhar deste momento, novas reflexões sobre o tema.

A minha orientadora Prof^a Dr^a Carla Rosane Bressan, professora meu muito obrigado por toda paciência, apoio e dedicação empenhada neste trabalho. As orientações e correções a cada momento e a partilha deste período foram riquíssimas, e eu só tenho a agradecer.

A Prof^a Maria Del Carmen que aceitou participar da banca de defesa, meu muito obrigado, por toda a contribuição ao longo da graduação (em tempos de PET – Conexões de Saberes) e pelo incentivo na inserção da produção acadêmico-científica.

Meu muito obrigado a todos os professores do Departamento de Serviço Social e demais cursos, bem como os funcionários desta Universidade que contribuíram para o

desenvolvimento da minha graduação e ao meu crescimento cultural, pessoal, político e profissional ao longo desta graduação.

Aos demais colegas, profissionais que participaram diretamente ou não deste meu processo de formação, novamente meu sincero MUITO OBRIGADA !!!

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como abordagem a caracterização da atuação profissional dos Assistentes Sociais na área da Educação Básica. Neste cenário é que o presente trabalho apresenta as problematizações no campo da política educacional sendo como “lócus” a intervenção profissional. O objetivo fundamental do estudo é analisar “Como está se configurando a experiência profissional no campo da Educação Básica”, constituindo-se de base empírica da pesquisa os Trabalhos de Conclusão de Curso de Serviço Social desta Universidade no intervalo de 2001 a 2011, concentrando as análises nas palavras chave indicadas e nos conceitos norteadores subjacentes ao texto. A metodologia é quali-quantitativa e versa sobre a crescente inserção dos assistentes sociais na área educacional e dos processos de trabalho profissional desta área. O estudo reuniu as fontes de pensamento do Serviço Social e da Educação. Deste modo pode-se citar como autores: Azevedo (2001), Aranha (2006), Ribeiro (1993) Iamamoto (2001) e Almeida (2003) e, mais especificamente, no campo da política pública de Educação frente à ofensiva neoliberal os autores Gentili (2001), Couto (2009), Afonso (2001) e Sacristán (1999). Por fim, são apresentadas sistematizações com a intenção de delinear os principais conceitos norteadores que vem caracterizando a atuação dos profissionais na Política de Educação Básica, bem como os desafios postos no âmbito do Serviço Social.

Palavras-chave: Serviço Social, Educação Básica, Exercício Profissional, Política de Educação, Direito Social, Cidadania.

“Educar é impregnar de sentido o que fazemos a cada instante!”

Paulo Freire.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Trabalhos de Conclusão de Curso de Serviço Social, publicados no site da Biblioteca Universitária no período de 2001 a 2011, da Universidade Federal de Santa Catarina.....	43
Gráfico 2: Incidências das Palavras chave identificadas nos Trabalhos de Conclusão de Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. (Período de 2001 a 2011).....	44

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Os dez Trabalhos de Conclusão de Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina consultados para a pesquisa, tendo como base o recorte da Educação Básica.....	45
Quadro 2. Incidência das Palavras chave nos dez Trabalhos de Conclusão de Curso de Serviço Social.....	48

LISTA DE SIGLAS

ABE - Associação Brasileira de Educação

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social

CPCs - Centros Populares de Cultura

FUNPESQUISA - Programa Fundo de Incentivo à Pesquisa

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEB - Movimento de Educação de Base

MEC - Ministério da Educação

ONU - Organização das Nações Unidas

PNA - Plano Nacional de Alfabetização

SENAC - Serviço Nacional do Comércio

SENAI - Serviço Nacional da Indústria

TCCs - Trabalhos de Conclusão de Curso

UNE - União Nacional dos Estudantes

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
2. A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL.....	16
2.1. Aspectos históricos da constituição da política educacional.....	16
2.2. A política pública de Educação e seus desdobramentos a partir do processo de redemocratização e da ofensiva neoliberal no Brasil.....	23
2.3. O papel da Educação Básica Pública e a Política Educacional no atual contexto: alguns elementos de reflexão.....	29
3. A POLÍTICA EDUCACIONAL: ENQUANTO UM CAMPO DE INTERVENÇÃO PROFISSIONAL PARA O SERVIÇO SOCIAL.....	33
3.1. A Educação como Direito Social e a construção da cidadania.....	33
3.2. O campo educacional como um espaço sócio ocupacional e as possibilidades de atuação do Serviço Social.....	37
4. ANÁLISE DAS REFERÊNCIAS CONCEITUAIS DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO: a partir dos Trabalhos de Conclusão de Curso pesquisados.....	42
4.1. Metodologia da pesquisa.....	42
4.2. Dados gerais sobre a produção acadêmica.....	43
4.3. . Conceitos subsidiadores da intervenção profissional: o desenho apresentado a partir dos Trabalhos de Conclusão de Curso.....	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
REFERÊNCIAS.....	61
REFERÊNCIAS DAS CITAÇÕES EXTRAÍDAS DOS TCCs.....	67
APÊNDICES O1 - Quadro 3: Trabalhos de Conclusão de Curso de Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Catarina consultados para a pesquisa. Quantia das 20	

produções acadêmicas que (debatem, analisam ou refletem) na Educação Básica.
(Período de 2001 a 2011).....68

APÊNDICE 02 - Quadro 4: Palavras-chave dos Trabalhos de Conclusão de Curso de Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Catarina consultados para a pesquisa. Quantia das 20 produções acadêmicas que (debatem, analisam ou refletem) na Educação Básica. (Período de 2001 a 2011).....70

ANEXO 1 – Projeto de Pesquisa.....72

1. INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso é resultado do conhecimento adquirido no decorrer da vivência em Estágio Obrigatório I e II no Centro Educacional Menino Jesus (CEMJ) e pela experiência no projeto de pesquisa “Serviço Social no campo educacional: as ações profissionais do assistente social na política de Educação Básica” coordenado pela Prof^a Carla Rosane Bressan, no ano de 2013. Após a valiosa vivência dentro destes espaços oportunizados, o interesse por desenvolver um estudo final sobre o Serviço Social na Educação Básica somente aumentou. É com grande prazer que apresento-lhes as características deste trabalho.

O objetivo fundamental do estudo está em identificar a inserção do Serviço Social na Educação Básica, tendo como finalidade analisar “Como está se configurando a experiência profissional no campo da Educação Formal e de modo especial na Educação Básica”. A metodologia é quali-quantitativa e versa sobre a crescente inserção dos assistentes sociais na área educacional, e os diversos processos de trabalho apresentados para os profissionais incidem na efetivação da cidadania ou na concretização do direito social ao acesso a educação de qualidade. Diante deste fato delinea-se como ponto de partida a política educacional brasileira abordando aspectos históricos e o desenho atual da referida política.

A primeira seção de análise reúne o pensamento do Serviço Social e do campo educacional, tendo como objetivo refletir sobre o prenúncio histórico da política e dos processos de modernização teve-se como norteamento os autores Azevedo (2001), Aranha (2006), Ribeiro (1993). No sentido de aprofundar os desdobramentos da política pública de Educação frente à ofensiva neoliberal foram utilizados como autores Gentili (2001), Couto (2009), Afonso (2001) e Sacristán (1999). E, ainda, para aprofundar os aspectos do papel da educação básica pública no contexto atual fundamentou-se em Souza (2010), Martins (1993), Chauí (1989) e Silva (1999) acerca da premissa da Educação.

No que se refere à segunda seção, esta está voltada à caracterização da atuação profissional dos Assistentes Sociais na área da Educação e da Educação Básica, tendo

como abrangência a complexidade da questão social. Para subsidiar a questão foram utilizados principalmente os autores Carvalho (2001), Abreu (2008), Ianni (1991), Iamamoto (2001), tendo como finalidade compreender a Educação como direito social e, enquanto campo de atuação profissional.

A terceira e última seção está dedicada à apresentação dos dados coletados nos Trabalhos de Conclusão de Curso produzidos na graduação de Serviço Social desta Universidade buscando, dentro do recorte de 2001 a 2011, indicar as principais categorias norteadoras da atuação dos Assistentes Sociais por meio da avaliação dos resumos, palavras chave e conceitos subsidiadores apresentados. Para subsidiar as análises foram tomados como principais referências os autores: Covre (1999), Faleiros (2000), Amaro (2012), Almeida (2005) e Yasbeck (2004).

Por fim, são apresentadas as sistematizações e considerações com a intenção de delinear os principais conceitos norteadores que vem caracterizando a atuação dos profissionais na política de Educação Básica, bem como os desafios postos no âmbito do Serviço Social.

2. A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL

2.1. Aspectos históricos da constituição da política educacional

Refletir sobre os prenúncios da educação exige pensar como se constituiu um dos setores que se tornou alvo de política pública ao longo do processo de modernização e desenvolvimento do país. Apesar da importância de se ter conhecimento da história da educação brasileira (o que seria impossível minutar no contexto desse trabalho) é importante registrar, nesse momento, os mais significativos marcos da construção da política educacional. Priorizando os elementos mais essenciais para compreensão da questão que, muitas vezes, foi condicionado por valores que culminou em um padrão educacional seletivo e excludente, vigente ainda hoje, que nega o direito a escolarização básica de qualidade. Assim sintetiza-se:

No Brasil, tal como em outras realidades, a questão educacional emerge como um tema socialmente problematizado no bojo da própria estruturação do Estado-Nação. Articulando-se a singularidade do processo que forjou a emancipação política brasileira, essa questão será, desde logo, condicionada pelas marcas conservadoras inerentes a esse processo. (AZEVEDO, 2001, p.18)

Com as mudanças sofridas ao longo dos períodos na História da Educação brasileira vale registrar aqui alguns momentos e/ou fatos históricos que contribuíram na produção dessa política, “condicionada pelas marcas conservadoras” como indica Azevedo (2001), ou seja: as grandes navegações, a expansão marítima e comercial, a ascensão da burguesia e do absolutismo, a crise do catolicismo, bem como a reforma protestante e a contrarreforma influenciaram nos aspectos gerais e contribuíram no cenário de construção da política educacional.

É neste contexto que primeiramente no Período Colonial em 1549 com a chegada dos Jesuítas no Brasil¹, que estes introduziram a educação colonial, ou seja, consolidaram o ensino público pela Companhia de Jesus², criando as escolas de

¹ Colônia – Período Jesuítico de (1500 - 1759)

² A Educação Jesuíta faz parte do período da Contrarreforma, ou seja, o ato da Igreja Católica frente à Reforma Protestante. A principal ideia deste momento é difundir a religião e voltar-se para a educação: a catequese indígena.

primeiras letras e os colégios formadores de sacerdotes. Visto que a Igreja no decorrer do desenvolvimento histórico em diferentes contextos sociais apresentou grande função, sendo, por vezes, a principal responsável pela condução da base educacional (como foi o caso do Brasil), trazendo em seus preceitos os conhecimentos Humanísticos³, de um lado apresentava-se a “tentativa de alfabetização dos índios” e de outro se dava início a organização do sistema educacional voltada à atenção da nobreza.

Já na Colônia Período Pombalino⁴ no século XVIII com a chegada do Marques de Pombal, uma das medidas apresentada foi à expulsão dos Jesuítas do Brasil⁵ em 1759, de modo que as medidas realizadas neste momento foram voltadas para a implantação do ensino público oficial, com a nomeação de professores pela Coroa, e a organização do sistema de aulas régias e do subsídio literário. Nesse momento a educação passa a ser dirigida conjuntamente com o poder público então instituído e se torna “pública” na perspectiva de seu financiamento, porém frequentada apenas pela nobreza servindo para garantir aos interesses imediatos do status absolutista.

No Período do Império⁶ no cenário político-social brasileiro, outros fatores contribuíram para “novas” mudanças no setor da Educação, tais como: o desenvolvimento do capitalismo industrial na Europa, a vinda da família Real para o Brasil em meados de 1808, a Ruptura do Pacto Colonial, e o processo de Independência (1822), juntamente com a Constituição outorgada em 1824. Estes acontecimentos históricos contribuíram no século XIX para a constituição de um sistema educacional elitista e propedêutico⁷, sendo o ensino nesta época dividido em três partes: Elementar, Secundário e Superior.

Valem destacar aqui a criação das “escolas de primeiras letras” (outubro de 1827), escolas de alfabetização em todo o Império (todas as vilas, cidades e lugares).

³ Qualidade atribuída ao desenvolvimento das capacidades relacionadas ao ser humano em toda sua plenitude. (MALACO, 1999)

⁴ Colônia Período Pombalino (1759-1822)

⁵ O Brasil enquanto colônia de Portugal teve nas Reformas Pombalinas, o sentido de recuperar por meio da economia a concentração do poder real e da modernização da cultura portuguesa, reforçando assim o Pacto Colonial. Tais reformas visavam à transformação de Portugal numa metrópole capitalista

⁶ Império (1822 - 1889)

⁷ Segundo (ARANHA, 2006) o termo histórico é originado do grego que faz referência ao ensino. Trata-se de um curso ou parte de um curso introdutório de disciplinas em artes, ciências, educação. Ou são o que provém ensinamento preparatório ou introdutório, os chamados conhecimentos mínimos.

Nesse momento a Educação ficava a cargo do poder central, porém, com a Reforma de 1834 (apesar de a Educação ser papel do poder central), o ensino elementar, secundário e de formação de professores passa a ser de responsabilidade das províncias.

Segundo Ribeiro (1993) percebe-se que desde o início da constituição do sistema educacional brasileiro este foi marcado pela falta de infraestrutura provocando, já naquela época, altos índices de analfabetismo.

Já na segunda metade do século XIX a organização do sistema de ensino brasileiro vem à tona com novas discussões, com o decreto nº 7.247 (em 1879) tendo como proposta de Lei: a liberdade de ensino, a liberdade de frequência, a liberdade de credo religioso, a criação de escolas normais, a matrícula de escravos nas escolas, e a implantação da tendência positivista, ou seja, a visão de Carlos Leôncio de Carvalho (responsável pela proposta) era de ruptura com o sistema Humanista trazido pelos Jesuítas.

Assim, já na República⁸, com uma nova Constituição (1891), a Educação é reafirmada com a ideia de “descentralização do ensino”, ou seja, mantém-se o princípio de que União é responsável por uma parte da educação e os Estados ficam responsáveis por outra parte. Com isso, a União passa a ser responsável pela Educação Superior, Educação Secundária e os Estados, que agora não são mais províncias, se responsabilizam pelo Ensino Fundamental e Ensino Profissional.

Outras particularidades do contexto brasileiro neste período foram às experiências anarquistas, que tinham como fundamento a implantação de uma educação “sem interesses capitalistas”, ou seja, uma educação que articula a família do proletariado *para fazer* uma crítica à ideologia burguesa⁹.

Em 1915 é criada a Liga de Defesa Nacional¹⁰, que administrava uma concepção nacionalista-industrializante, ou seja, institui-se o serviço militar obrigatório e a formação da consciência cívica, entra em discussão mais uma vez novos temas sociais que vão ser tratados pela conjuntura da educação. Neste contexto, a setorização do

⁸ Primeira República (1889 – 1930)

⁹ Vale citar o militante e anarquista José Rodrigues de Leite e Oiticica (1882-1957), educador entrelaçado nas ações da propaganda social libertária em jornais e nos projetos educacionais que circundaram na História da Educação Brasileira.

¹⁰ Após a 1ª Guerra Mundial (1914 – 1918) ocorre um “surto industrial”, aumento do operariado industrial entre imigrantes italianos e espanhóis, que caracteristicamente eram trabalhadores do campo.

campo educacional, ganha seus primeiros passos com a fundação no âmbito da sociedade civil, da Associação Brasileira de Educação (ABE), a partir de 1924, congrega-se pela primeira vez, profissionais da área e passam a ser reconhecidos socialmente como tal. No campo pedagógico a ABE teve entre seus interlocutores, a Igreja Católica, a grande responsável por parte significativa da educação brasileira desde os tempos coloniais.

Por outro lado, é importante destacar que, por intermédio da ABE, o campo educacional vai se consolidando, o reconhecimento aos especialistas em Educação vai sendo registrado, esses caracterizados como “pioneiros da educação”¹¹ - segundo Azevedo (2001) a primeira geração de educadores que imprime à educação um “caráter social”. É nesse momento que, segundo a referida autora, o predomínio que a Igreja Católica vinha mantendo sobre a escolaridade foi confrontado pela luta da universalização e laicidade do ensino primário.

As mudanças ocorridas entre os anos de 1930 a 1945 com a Era Vargas fazem o sistema de ensino receber novos “contornos”. Na Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 16 de julho de 1934, a educação passa a ser, segundo art. 149º:

“Direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana.”

Assim, a União passou a ter a obrigação constitucional de "traçar as diretrizes da educação nacional" (art. 5º) e fixar o plano nacional de educação para coordenar e fiscalizar o seu cumprimento em todo o território do país.

Em 1937 o Estado Novo anunciou uma nova Constituição e agora se aplicava à União o papel de constituir as bases e normas da educação em todo o território brasileiro.

¹¹ Segundo (BOLORINO, 2012) por meio do Escolanovismo outro movimento foi impulsionado - Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, publicado em 1932 e assinado por 26 educadores. O documento defendia: **uma educação obrigatória, pública, gratuita e leiga, sendo assim uma educação como dever do Estado, além da eliminação do dualismo escolar**. Vale ressaltar, porém, que as reivindicações do Manifesto não foram acolhidas na Constituição Federal de 1934 (grifos do autor).

Nos anos 40, a promulgação das leis orgânicas de ensino industrial e comercial, juntamente com a iniciativa privada criou o Serviço Nacional da Indústria (SENAI) e o Serviço Nacional do Comércio (SENAC), a ramificação entre escola-empresa foi assumida durante o Estado-Novo. Nesse contexto, o Estado situa o conjunto de normas para a regulação do setor, e, pontualmente, atende as suas demandas educativas, isso em detrimento da escolarização primária geral – seu papel constitucional.

Outra questão importante desta época foi a “Reforma Capanema” (em 1942), contendo como fundamentais pontos: a regulamentação do ensino primário, a criação do ensino supletivo de dois anos, o planejamento escolar com medidas políticas que prevê recursos para a educação, a estruturação da carreira docente, a regulamentação do curso de formação de professores e reestruturação do curso secundário – que passa para duração de quatro anos ginásial e três anos colegial.

Em 1946¹², com o término do Estado Novo, e com uma nova Constituição voltam os conceitos sobre a educação da Carta Magna de 1934. Esses conceitos vão servir de fundamentos para os debates do que vai se constituir, posteriormente, na 1ª Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, aprovada somente em 1961 (Lei 4.024/61).

Segundo (Aranha, 2006) a 1ª Lei de Diretrizes e Bases traz em seu histórico o período em que o país já não é mais agrário, e inicia o seu processo de industrialização. Um dos pontos mais importante desta lei é a conservância de alguns itens da Reforma Capanema, mas também a equivalência de cursos e a mobilidade entre eles.

Deste modo, o ensino secundário passa a ser menos enciclopédico e a grande crítica deste período é que “o Estado não estava focado nos interesses sociais emergentes, mas sim nas respostas dos setores privatistas”.

Nesse contexto, segundo Azevedo (2001), ocorreram várias iniciativas no sentido de resolver as “questões educacionais” na sua grande maioria movimentos de alfabetização de massa, como: Movimento de Educação de Base (MEB), as campanhas dos Centros Populares de Cultura (CPCs), e as ações localizadas como o Movimento de Cultura Popular em Pernambuco e a campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”, no Rio Grande do Norte.

¹² Período do Nacional Desenvolvimentismo (1946-1964).

Esse Processo culminou com a criação o Plano Nacional de Alfabetização - PNA, ainda no governo do Presidente João Goulart, e extinto após o golpe militar. Já na Ditadura Militar (1964 – 1984) educadores e atuantes nesses movimentos foram vistos como “subversivos”, que estavam próximos “do comunismo ou socialismo – oferecendo perigo ao regime que se instalava” e combatidos então pelo Estado Militar. Nesse momento, as lideranças foram “exiladas” e a instituições com a qual tinham alguma ligação foram extintas, por exemplo: União Nacional dos Estudantes (UNE)¹³. Desta forma, é suprimida a representação a nível nacional bem como qualquer experimento de ação política. O lema da ditadura era "*estudante é para estudar; trabalhador para trabalhar*".

Em 1968¹⁴ com o Presidente Costa e Silva o AI-5 ausenta todas as garantias individuais, públicas e até mesmo privadas e confere ao presidente poderes para atuar como Poder Executivo e Legislativo, ocorrendo assim uma concentração excessiva de poder. Neste período, têm-se as reformas tecnicistas e Acordos MEC/Usaid, que tem como finalidade adequar a “escola” ao modelo empresarial e com enfoque na racionalização de atividades e de recursos (humanos e financeiros). Segundo (Cunha, 1980) os três pilares desta reforma - vista ao longo da história como autoritária vertical e domesticadora reafirmam-se da seguinte maneira: pela educação e desenvolvimento, ou seja, formar mão de obra no mercado em expansão; o segundo pilar - a educação e segurança, para formar o cidadão consciente; e o último pilar - a educação e comunidade, compreendendo a criação de conselhos de empresários e mestres, para estabelecer a relação entre escola e comunidade.

Fazendo parte desse processo de reforma em 1969 é estabelecida a obrigatoriedade da disciplina de educação moral e cívica nas escolas de todos os graus e ensino¹⁵. E, após dois anos - considerado como ápice desse processo de reforma iniciada

¹³ Cria-se neste período os “Diretórios Centrais dos Estudantes” (DCE’s) e “Diretórios Acadêmicos”, este servindo então como organizações da Representação Estudantil.

¹⁴ Entra em vigor o Decreto-Lei 477 de 26 de fevereiro de 1969, aplicado aos professores, alunos e funcionários das escolas, coibindo qualquer manifestação de caráter político, com a finalidade de suprimir o protesto estudantil.

¹⁵ A Portaria nº505 do Ministério da Educação - estabelece as diretrizes básicas para o ensino de Moral e Cívica nos cursos de 1º e 2º graus e de Estudos de Problemas Brasileiros nos cursos superiores.

em 1968 – a aprovação da Lei de nº 5.692/71¹⁶, voltada a reforma do 1º e 2º graus, que indicava a integração do ensino primário com o ginásio e do ensino secundário com o técnico, ou seja, o indivíduo conclui uma formação profissional para o mercado de trabalho.

Mas percebe-se que no período dos anos 60 a 70 a questão educacional como afirma (Azevedo, 2001) “ganha maior destaque na sociedade, quando a crise do ensino foi amplamente debatida e problematizada” É nesse período que, segundo a referida autora:

Em face do que havia sido determinado pelos dispositivos constitucionais, o projeto de uma reforma educacional voltou com vigor à cena, refletindo, o choque de interesses articulados em torno do setor da Educação. [...] Ao mesmo tempo continuaram sem respostas os problemas fundamentais da destinação social da educação, do conteúdo do ensino e da relação entre educação e o trabalho. (AZEVEDO, 2001, p.39)

Somente com a Constituição Federal de 1988, antigas necessidades voltam à tona e vão ser contempladas na constituição trazendo em seu bojo: a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais, o ensino fundamental obrigatório e gratuito, a expansão do ensino obrigatório e gratuito, progressivamente, ao ensino médio, atendimento em creches e pré-escolas as crianças de 0 a 6 anos, o ensino obrigatório e gratuito como direito subjetivo, a valorização dos profissionais de ensino, a autonomia universitária, dentre outras questões.

Enunciado formalmente o direito à educação como um direito social no caráter democrático vigente no período do país, é visível o reconhecimento, neste momento, da dignidade da pessoa humana, assim como o livre exercício da cidadania, estando caracterizados os direitos da garantia aos padrões mínimos de acesso aos bens sociais, econômicos e culturais que antes não vigoravam e que passam a fazer parte da agenda de luta dos diferentes movimentos sociais na busca da sua concretização.

Nesta perspectiva traçar as linhas do processo histórico da educação e da política educacional é, ao mesmo tempo, traçar o desenvolvimento do debate dos direitos fundamentais, sociais e políticos bem como da constituição do País ao longo de sua

¹⁶ É promulgada a Lei 5692 que regulamenta o ensino de primeiro e segundo graus. Entre outras determinações amplia a obrigatoriedade escolar de quatro para oito anos, aglutina o antigo primário com o ginásio, suprimindo o exame de admissão e criando a escola única profissionalizante.

construção. Para tanto é visível que o processo constituinte da Constituição de 1988 trouxe novas perspectivas, tanto quanto eram necessários as reformulações e debates sobre a educação.

Assim sendo, a trajetória da legislação e dos aspectos da constituição da política educacional apresenta diversos dispositivos constitucionais referentes à garantia do direito a educação, mas ocorre ainda um distanciamento entre o *ser* e o *dever*, deste modo às ineficiências dos dispositivos legais culminam na negação ao direito.

A fim de explicar um pouco a mais sobre estes aspectos, segue-se a breve reflexão sobre a política pública de Educação e seus desenvolvimentos a partir do processo de redemocratização e da ofensiva neoliberal no Brasil, tendo como contextualização a afirmação dos direitos.

2.2. A política pública de Educação e seus desdobramentos a partir do processo de redemocratização e da ofensiva neoliberal no Brasil

Os aspectos da política pública de Educação em seu âmbito de redemocratização apresentam-se extremamente complexa e ambivalente, com relação as suas implicações políticas e culturais. Como se pode confirmar:

“pelo fato do próprio papel do Estado estar em redefinição, em grande medida, por influencia mais ou menos directa, dos processos de globalização cultural e de transnacionalização do capitalismo.”
(AFONSO, 2001, p.19)

A política de Educação, em seu contexto social e educacional pode ser entendida como instrumento de controle social ¹⁷e de legitimação da ação do Estado e dos interesses dominantes, contudo, também pode ser vista como estratégia de concretização e expansão de direitos sociais, econômicos e culturais.

Já as interferências da perspectiva neoliberal no campo educacional podem ser interpretadas como um “complexo processo de construção hegemônica”. Ou seja, uma estratégia que desenvolvem em dois sentidos:

¹⁷ Instrumento de legitimação e consolidação hegemônica (Ver: Faleiros, 2000).

por um lado, através de um conjunto razoavelmente regular de reformas concretas no plano econômico, político, jurídico, educacional, etc. e, por outro, através de uma série de estratégias culturais orientadas a impor novos diagnósticos acerca da crise e construir novos significados sociais a partir dos quais legitimar as reformas neoliberais como sendo as únicas que podem (e devem) ser aplicadas no atual contexto histórico de nossas sociedades. (GENTILI, 1999, p. 9)

Outro aspecto a se considerar é que no campo da política social pública brasileira apresenta-se permeada de contradições em que por um lado reafirma-se direitos com garantias constitucionais pós 1988, de outro o sistema de proteção social é norteado por os pré-conceitos a cerca do acesso a estas políticas, respaldado em uma cultura perversa de práticas assistencialistas, conforme exemplifica (Couto, 2009) no que tange também à Política de Assistência Social:

a forma assistencialista como se apresenta no Brasil pode ser analisada a partir da constatação de que : do ponto de vista político, as intervenções no campo da política social e, particularmente, na Assistência Social, vem se apresentado como espaço propício a ocorrência de práticas assistencialistas e clientelistas [...] (p.41)

Se analisar as constatações acima teremos como relação à perspectiva neoliberal engendrada nos sistemas educacionais, que tem hoje uma extensa agenda em entorno de três elementos: “eficiência, eficácia e produtividade, mas do que uma crise de quantidade, universalização e extensão”.

E para compreender este processo constata-se que a perspectiva neoliberal exerceu grande influencia na América Latina, mais especificamente em fins da década de oitenta e década de noventa fundamentando-se na desregulamentação financeiro impulsionado pelas instituições econômicas internacionais. Deste modo, passou a existir à necessidade de se “alinhar a proposta educacional” do Estado brasileiro aos parâmetros da economia mundial, segundo Neves (1995) na década de 90 a área educacional está caracterizada por iniciativas voltadas a esse alinhamento, o que pode ser observado desde a instalação do governo Collor.

Segundo o referido autor, já em seu primeiro ano de governo - Collor (1990-1992) incentivou um plano educacional inspirado no Projeto Brasil Novo¹⁸. Logo depois, o governo assume a postura liberal-modernizante e a educação adquire o papel de formador de mão de obra qualificada para as grandes empresas multinacionais. Neste período de governo as ações na área educacional foram caracterizadas por anúncios de planos ou programas, e que culminou na apresentação, em dezembro de 1990, do “Programa Setorial de Ação do Governo Collor na área de Educação -1991/1995”, compondo deste modo o primeiro documento oficial desse Governo que especificava a política educacional, implantando assim recursos e metas.

Segundo Velloso (1992) *apud* Yanaguita (2011) este período pode ser caracterizado como de “reajustes” da nação brasileira aos ditames da nova ordem mundial a regulação das relações humanas e, assim como dos direitos dos cidadãos (tais como a saúde, a educação, a cultura, etc.). Provocando na política educacional a caracterização marcante do aumento da privatização, de enfoques fragmentados e do forte clientelismo. Enquanto se debatia a redemocratização e o novo paradigma sobre a gestão educacional, no Programa Setorial de Ação do Governo Collor na área de educação (1991-1995) a meta era a implantação no país da nova revolução tecnológica, revelando assim, o projeto de “situar o Brasil no mundo moderno”. Tais propostas apontavam para a educação como fonte de potencial, de acordo com os princípios difundidos as ideias de eficiência, qualidade, equidade e competitividade são introduzidas na educação.

No governo de Itamar Franco (1992-1994) caracterizado pela continuidade, as diretrizes governamentais na área educacional foram promulgadas no “Plano Decenal de Educação para Todos 1993-2003”, sendo este o documento o norteador da política educacional voltada para a Educação Básica, com proeminência para o ensino fundamental. Segundo Yanaguita (2011), o referido Plano pode ser avaliado como um desdobramento da participação do Brasil na Conferência de Educação para Todos, em 1990, em Jomtien, na Tailândia, promovida pela UNESCO, pelo UNICEF e pelo BIRD.

¹⁸ Segundo NEVES (1995) descreve-se como um conjunto de reformas econômicas e planos para estabilização da inflação criados durante a presidência de Fernando Collor de Mello (1990-1992).

A Declaração Mundial de Educação para Todos trouxe dados expressivos para compreender o cenário mundial em que a educação se deparava, detectando um problema tão importante quanto o do analfabetismo de crianças, jovens e adultos – o analfabetismo funcional.

O Plano Decenal Educação para Todos (1993-2003), fruto de negociações com a UNESCO, foi idealizado para dar sequência aos compromissos internacionais que o país deveria assumir. Assim sendo este Plano direcionou para:

novos padrões de intervenção estatal (gestão própria do setor privado), recolocando as políticas educacionais como embates travados no âmbito das diretrizes governamentais – a descentralização. Logo que esta visão de descentralização foi incorporada pelos planos posteriores como um redimensionamento a novas formas de gestão educacional através de um gerenciamento eficaz, com vista ao aumento da produtividade e competitividade pelas instituições escolares. (YANAGUITA, 2011, p.5)

A referida autora reforça a importância de se perceber que a formulação desse Plano, se deve muito mais para atender as condições internacionais de obtenção de financiamento para a educação, do que rever a lógica educacional adotada ao longo do percurso histórico de reivindicações e lutas sociais voltadas para garantia do direito a uma educação de qualidade.

A partir de 1995 assume o Governo Federal Fernando Henrique Cardoso (1995/1998), período em que a política educacional foi permeada pelo estabelecimento de mecanismos com características que continham a arrecadação e repasse de recursos mínimos. Uma das propostas de governo apresentadas foi o documento “Mãos a obra Brasil”, que anunciava a descentralização das decisões sugerindo uma revisão do papel das atribuições das esferas de governo, refletindo-se sobre as formulações da educação e suas novas formas de parceria entre o Estado e a sociedade.

A referida gestão (Fernando Henrique Cardoso) tem como destaque o documento de Planejamento Político-Estratégico de 1995/1998 com os seguintes aspectos: a prioridade para o ensino obrigatório de primeiro grau; a valorização da escola e de sua autonomia; a promoção da modernização gerencial no ensino e nos órgãos de gestão; a utilização e disseminação de modernas tecnologias educacionais;

Chama-se atenção, porém que essa gestão é caracterizada pelo fortalecimento da perspectiva neoliberal desenvolvida nas mais distintas áreas tais como: previdência social, saúde, administração pública e educação. No qual teve à progressiva utilização do Ministério da Educação (MEC) num organismo eficaz de formulação, coordenação e acompanhamento de políticas públicas na área educacional, e a conseqüente redução de seu papel executivo; além da articulação de políticas entre os três níveis da federação, de maneira a obter resultados mais eficazes.

É de fundamental importância destacar aqui a aprovação da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996¹⁹, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, trazendo em seu Art. 1º o seguinte:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (BRASIL, 1996.)

E complementando em seu Art. 2º:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996.)

É possível analisar que, desde os primeiros artigos da referida lei está registrado o papel destinado à educação e à escola voltado à preparação do indivíduo ao mundo do trabalho, caracterizado pelo disciplinamento, competente e trabalhador.

É com base nesta conjuntura que o neoliberalismo segundo Davies (2010) opera no sistema educacional como forma de controle social e regulação, subordinando à educação a economia, formando desta maneira, empreendedores para o mercado de trabalho.

¹⁹ Vale lembrar que em 1992, começou a ser comandado, por parlamentares ligados ao governo do então presidente, Fernando Collor, um processo de obstrução ao Projeto de LDB que tramitava, democraticamente, na Câmara dos Deputados. O Senador Darcy Ribeiro, junto com o então Senador Marco Maciel e, com a aprovação do MEC, apresentou um novo Projeto de LDB, no Senado Federal, desconsiderando o trâmite do Projeto original, na Câmara dos Deputados. (Ver: OTRANTO, 1996).

Segundo Gentili (1999) o neoliberalismo provocou a “adequação” da instância educacional aos princípios mercadológicos de “produtividade” e “rentabilidade”, introduzindo nas escolas a lógica da “concorrência”. Baseando assim, na afirmativa que quanto mais “produtiva” for à educação, mais “produtivo” se torna o sistema educacional.

De certa forma, o neoliberalismo vai colocar em questão a própria noção de direito e a concepção de igualdade, tal questionamento supõe:

Aceitar que uma sociedade pode ser “democrática” sem a existência de certos mecanismos e critérios que promovem uma progressiva igualdade e que se concretizam na existência de um conjunto inalienável de direitos sociais (GENTILI, 1999, p.25).

Assim sendo, a lógica da perspectiva neoliberal é *mínimo* quando necessita financiar a escola pública e *máximo* quando determina de forma centralizada o conhecimento oficial que deve circular pelos estabelecimentos educacionais, (como os mecanismos de avaliação do sistema ou quando ausenta a autonomia pedagógica).

É neste cenário, que a educação brasileira encontra-se e diante da realidade educacional, é válido questionar que a consecutivos anos, as nações do mundo afirmaram na Declaração Universal dos Direitos Humanos, da ONU, em 1948 que “toda pessoa tem direito a educação”, no entanto a luta por uma política educacional em defesa da escola pública voltada para uma educação democrática, universal e gratuita ainda permanece distinta e descolada.

Para tanto é necessário questionar qual é o papel desempenhado do Estado nesta trama social, bem como das instituições educacionais, e da própria Educação. Questões que serão abordadas na próxima seção, ou seja, o papel da educação básica ponderando suas funções, tal como da política educacional no intuito primeiramente de indagar se a educação serve a interesses e demandas externas, ou se medidas tomadas em distintos espaços proporcionam tendências descentralizadoras no desenvolvimento e papel da Política Educacional e conseqüentemente no exercício da Educação Básica Pública.

2.3. O papel da Educação Básica Pública e a Política Educacional no atual contexto: alguns elementos de reflexão

Refletir sobre o papel da educação básica em nossa sociedade é ao mesmo tempo ponderar as funções atribuídas à escola como constituidora do cidadão/trabalhador e sua dimensão social. Assim ao longo das transformações que o País sofreu de modo especial no campo da educação, é possível entender (por meio dos documentos normalizadores do processo de ensino) os interesses dos setores produtivos na política educacional e o papel assumido pela escola como mecanismo que contribui para a reprodução dos interesses dominantes.

As transformações sociais decorrentes do sistema capitalista de produção provocaram alterações nas relações do homem com o trabalho, algo que (in) diretamente interferiu no papel do Estado. Ao relacionar a educação e o trabalho como essenciais para a vida e desenvolvimento do cidadão/trabalhador, faz-se necessário perceber quais são os discursos dirigidos a estes, e analisar quais as influências que norteiam e definem a função da escola pública para as classes sociais e principalmente para a classe trabalhadora.

O papel da escola pública para alguns, sobretudo em sua formação escolar no contexto político e econômico vigente é de uma:

escola transformada em agência submissa aos interesses do mercado, incapaz de prover o desenvolvimento humano completo e que por isso, contribui para o crescimento, disseminação e aceitação da ideologia dominante. E o Estado, nesse contexto, apresenta-se como uma agência promotora de políticas sociais a contribuir para a internalização e consolidação das ideias e valores propagados pela classe hegemônica. (SOUZA, 2010, p.607)

Como afirma Martins (1993a), ao aprender a ler as “intenções” de uma política educacional, é possível perceber que “tipo de gente a sociedade esta querendo, e qual o projeto de ser humano que nela predomina”, deste modo, a política educacional acaba tornando-se um dos instrumentos para se projetar o desenvolvimento dos tipos de pessoas que uma sociedade necessita. No entanto para que a educação desenvolva-se como instrumento de construção de uma sociedade justa, solidária e livre conforme art. 3º, I, da Constituição Federal de 1988 é indispensável que o modelo pedagógico

adotado esteja fundamentado em um novo paradigma: a opressão deve ceder lugar à liberdade e os valores intrínsecos à condição humana devem ter presença garantida nos currículos escolares de todos os níveis de ensino. (Freire, 1988)

Segundo a nova (e última) Lei de Diretrizes e Bases, a educação básica é composta pela: educação infantil, pelo ensino fundamental e pelo ensino médio – art. 21, I. O art. 22 da Lei 9.394/96 - LDBEN ²⁰caracterizando quatro dimensões essenciais à formação do ser humano e tornam-se objeto de ação para a educação básica, sendo estes: a pessoa humana, o cidadão, o trabalhador e o indivíduo preparado para os estudos posteriores.

Por ser um conceito novo a “educação básica” como afirma Cury (2008) veio clarificar e conduzir um conjunto de realidades novas, ocasionadas pela busca de um espaço público novo. Deste modo a educação básica é declarada, como direito do cidadão e dever do Estado. Desta forma a prática de declarar direitos significa:

em primeiro lugar, que não é um fato óbvio para todos os homens que eles são portadores de direitos e, por outro lado, significa que não é um fato óbvio que tais direitos devam ser reconhecidos por todos. A declaração de direitos inscreve os direitos no social e no político, afirma sua origem social e política e se apresenta como objeto que pede o reconhecimento de todos, exigindo o consentimento social e político (CHAUÍ, 1989, p.20).

Sendo assim é possível afirmar que nas Constituições promulgadas, e nos documentos normatizadores bem como nas leis e decretos implantados, em sua maioria o detalhamento de função da oferta da educação está a cargo do Estado, mas a lógica que se apresenta é de atribuir a família e a sociedade civil o papel principal na oferta da educação. Na garantia do direito à educação observa-se que ocorre:

“um distanciamento entre o ser e o dever ser, isto é, as normas jurídicas e os planos curriculares – desenvolvidos pelos órgãos competentes – determinam de maneira clara como deveria ser estabelecida a educação no país. Todavia, a prática educacional institucionalizada tem demonstrado a ineficácia dos dispositivos legais e a total falta de compromisso com uma educação voltada para a cidadania.” (VERONESE; VIEIRA, 2003, p.123)

²⁰ Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

A ampliação do direito à educação básica e sua regulação tem como ponto inicial as conjecturas políticas, sociais e pedagógicas, gerando desta forma, um direito público. A educação básica posiciona-se em um ensino universal proposto à formação comum para todos, bem como, fundamentada nos princípios de um sistema de ensino público, universal, laico, gratuito e obrigatório. Tal como para se consolidar como direito inalienável do cidadão, em conformidade com o art.1º da LDBEN, a educação deve atender as diferentes demandas, assim como a escola deve ser percebida como um espaço de garantia de direitos.

Outro fator que não pode se deixar de ser indicado nesse momento é o reflexo e a projeção que o Estado em seu papel mais *regulador* do que *promotor* acaba exercendo sobre a educação pública no qual é manifesto no que a lhe compete, ou seja, um modelo de indivíduo e cidadão. Pois está tem que ser: “defensora militante da socialização em uma série de valores claros” (Sacristán, 1999).

É nesse quadro de reconhecimento formal do direito e das lutas sociais voltados a um projeto de mudança do social que se confronta com outro projeto político exercido pelo neoliberalismo moldando uma nova conjuntura, sendo estas:

A palavra “reforma”: uma palavra que designava transformações sociais dirigidas à diminuição de privilégios, hierarquias e desigualdades, passa a designar quase que exatamente o seu oposto, ou seja, mudanças nas instituições e nas estruturas orientadas ao reforço de posições de privilégio e desigualdade [...]

Essas palavras redefinidas misturam-se a novas criações – “flexibilidade” “nova ordem mundial”, “globalização”, “reestruturação”, “desregulamentação” – para compor um quadro no qual os propósitos e as estratégias dos grupos dominantes parecem construir um destino social, não apenas desejável, mas natural e inevitável. (SILVA, 1999, p.169)

Essa explanação feita na referida citação a cima, nos mostra uma visão de educação e de escola, visão-político-pedagógica presente no mercado. No qual fica o questionamento: desejamos uma escola e uma pedagogia que constituam espaço de prática e exercício de política, em seu sentido amplo e democrático, ou espaço restritamente fadado ao indivíduo econômico e consumidor?

Para contemplar os questionamentos feitos ao longo desta segunda secção, têm-se distintas concepções de “qualidade” em educação, sendo uma delas: tecnocrática, instrumental e pragmática que tem seus valores incumbidos nos processos de trabalho da grande empresa capitalista; a outra é uma concepção política, democrática, baseada na luta contra uma escola excludente, que tem em seus princípios um formato de escola e currículo verdadeiramente democráticos. (Silva, 1999).

Salienta-se por fim, que é primordial a garantia do direito à educação, e principalmente à educação para a cidadania, de certa maneira evidencia-se que para se atingir uma educação básica de qualidade, é necessário no contexto atual um ciclo articulado que frise os aspectos de: uma valorização dos trabalhadores da educação, bem como, maiores recursos financeiros de investimento, além da melhoria na infraestrutura das escolas e dos métodos pedagógicos, para que estes sejam coerentes com as necessidades dos alunos e docentes, com o intuito de permitir o desenvolvimento do cidadão/trabalhador como protagonista na construção de sua emancipação humana.

Tomando como referência esse desenho contextual na terceira sessão será abordada uma reflexão sobre a política educacional enquanto campo de intervenção profissional para o Serviço Social e se analisará a Educação enquanto direito social e sua ligação com o conceito de cidadania.

3. A POLÍTICA EDUCACIONAL: ENQUANTO UM CAMPO DE INTERVENÇÃO PROFISSIONAL PARA O SERVIÇO SOCIAL

3.1. A Educação como Direito Social e a construção da cidadania

A prática mais comum é apreender a “Educação” enquanto princípio pedagógico vinculado a aprendizagens sejam elas ocorridas em contexto educacional ou a vida cotidiana. No entanto, compreende-la sobre a perspectiva de um direito social e como tal participante do processo de constituição da condição de cidadania, no contexto brasileiro é um reconhecimento que pode ser considerado recente, pois somente na Constituição Federal de 1988, que voltou a instituir o Estado Democrático, vai então fazer a referência aos direitos sociais e individuais como a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade pluralista, fraterna e sem preconceitos. É exatamente no seu artigo 6º que são reafirmados os direitos sociais, sendo:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, 1988)

Obviamente, não se pode negar que ao longo da história da humanidade a “instrução” e a “educação” – enquanto processos de desenvolvimento das capacidades humanas seguiram ao lado do homem enquanto constituição de formação histórica e cultural. Isso pode ser identificado e/ou reconhecidos distintos documentos internacionais da área de Direitos, tais como na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948²¹, em seu artigo 26º afirma que:

1. Toda pessoa tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. [...]

2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A

²¹ Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948

instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.

Como no disposto da Declaração Universal dos Direitos da Criança de 20 de novembro de 1959, em seu Princípio VII:

A criança tem direito a receber educação escolar, a qual será gratuita e obrigatória, ao menos nas etapas elementares. Dar-se-á à criança uma educação que favoreça sua cultura geral e lhe permita – em condições de igualdade de oportunidades – desenvolver suas aptidões e sua individualidade, seu senso de responsabilidade social e moral. Chegando a ser um membro útil à sociedade.

Também no que se refere à educação, o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais – de 16 de dezembro de 1966²² caracterizam em seu artigo 13º:

Os Estados Partes do presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa à educação. Concordam em que a educação deverá visar o pleno desenvolvimento da personalidade humana e do sentido de sua dignidade e fortalecer o respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais.

A positivação do direito à educação enquanto constitucional em âmbito internacional evidência a educação como um essencial pressuposto de desenvolvimento humano e de cidadania. Para tanto, Há que se garantir também a responsabilidade de todos na sua efetivação, perspectiva reafirmada na Constituição de 1988 em seu artigo 205º como um direito fundamental:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988)

²²O Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais foi adotado pela XXI Sessão da Assembléia-Geral das Nações Unidas, em 19 de dezembro de 1966; No caso brasileiro, somente trinta anos depois o Congresso Nacional aprovou o texto do referido pacto internacional por meio do Decreto Legislativo n. 226(1), de 12 de dezembro de 1991 e entrando em vigor em 24 de abril de 1992; (BRASIL,1992)

Os documentos acima citados podem ser considerados os mais significativos, dentre outros tantos existentes, e evidenciam que o direito à educação é fundamental e compõem a condição da “dignidade da pessoa humana”, ou como indica Baruff (2011) podendo ser caracterizado como “sujeito de direitos”. Conseqüentemente, a função dos direitos fundamentais legitima, em seu sentido concreto e real, a busca de ideais de igualdade e de dignidade da pessoa humana. Assim o direito à educação pode contribuir no exercício da legitimação de outros direitos, e em última instância na construção da cidadania.

Autores como Carvalho (2004), Covre (1999), Bobbio (1992), apresentam distintas análises direcionadas sobre a constituição dos direitos sociais, tal como, da construção do conceito de cidadania. Porém a contextualização deste conceito é abrangente e complexa, seguindo desta forma apenas algumas propriedades e afirmações serão aqui desenvolvidas sobre este conceito.

Segundo Saveli; Tenreiro (2012):

A educação se constitui como um importante meio de acesso aos bens culturais e um caminho para a emancipação dos sujeitos, pois é por meio dela que adquirimos conhecimentos necessários para melhor participar, de modo autônomo e consciente, nos diferentes espaços sociais e políticos e também no mundo profissional. (p.53)

Observa-se que a Constituição Federal de 1988 comparada com os dispositivos legais anteriores a esta, apresentada ao longo da seção dois deste trabalho expõe os avanços e enfatiza a educação como um direito subjetivo e determinante para a constituição da cidadania. E mesmo a constituição sendo norteada pelo princípio de cidadania, adverte-se que ainda é necessário empreender significativas lutas sociais para implementação de uma política pública de educação universal e garantidora do direito a uma educação pública de qualidade - como é posto nos documentos jurídicos.

Já a palavra cidadania, tão presente ao longo desse trabalho, nos remete ao contexto de luta para o reconhecimento e afirmação dos direitos sociais, civis e políticos. Neste sentido a cidadania promove o pré-requisito para a ampliação dos direitos, pois só assim permite que as pessoas tenham conhecimento e empreguem este como instrumento de estratégia de luta.

Pode-se observar que na história brasileira após o fim da ditadura militar em 1985, que a palavra cidadania “caiu na boca do povo”, substituindo a retórica política: “*A cidadania virou gente.*” (Carvalho, 2001).

Ponderando assim, a cidadania é resultante da conquista do Estado de Direito, e ao mesmo tempo é marcada pela luta dos cidadãos – sujeitos de direitos que, na lógica do desenvolvimento de luta e organização reivindicam uma sociedade politicamente organizada, ao que nos remete novamente a cidadania e a transformação social do cidadão – sujeito de direitos. A vista disso pode-se afirmar que a ordem social capitalista dissimula (re-significa, coloca na condição de dependência) os reais direitos dos indivíduos e estes fazem parte da realidade e necessidade humana, e não de sua subjetividade (Abreu, 2008).

Nesse sentido que o Serviço Social busca por meio da democracia, da própria efetivação concreta e real da cidadania, o enredamento da participação social, e muitas vezes política da sociedade civil, para que num exercício socioeducativo contribua e forneça a dimensão da garantia de direitos, que tem por finalidade a inclusão social de uma sociedade justa e igualitária, como impera nos demais documentos e espaços legais.

Postura essa que vai ser assumida a partir do Movimento de Reconceituação e da aproximação com a vertente e teoria marxista, o Serviço Social configura “a sua prática profissional como trabalho profissional” e, é exigido deste profissional uma reflexão crítica e um posicionamento político ideológico diante das expressões apresentadas na realidade.

No próprio Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais de 1993, os onze princípios fundamentais promulgam o projeto ético-político do Serviço Social, sendo estes direcionados para o conhecimento o (saber) e para a prática profissional o (fazer), evidenciando neste projeto profissional o compromisso de reafirmação com a efetivação dos direitos humanos, com a cidadania, com a garantia do pluralismo e o empenho da eliminação de todas as formas de preconceito, dentre outras.

E com esta dimensão política temos o comprometimento a favor da justiça social e da equidade no ponto de vista de universalização do acesso aos programas, serviços e

políticas sociais. E diante de todo este processo e cenário atual, que se situa o profissional de Serviço Social ao lidar em seu dia-a-dia com as expressões da questão social e na busca pela efetivação dos direitos e na consolidação destes.

O próximo item deste trabalho se elencará sobre o debate do campo educacional como um espaço sócio-ocupacional que subsidia possibilidades de atuação para a profissão, que historicamente tem em sua trajetória a interface das mais distintas expressões da questão social, e elucida a população seus direitos e meios de efetivação/garantia para tê-lo.

3.2. O campo educacional como um espaço sócio ocupacional e as possibilidades de atuação do Serviço Social

Historicamente o Serviço Social vem sendo desafiado a reconstruir sua atuação profissional, influenciados significativamente pelas mudanças produzidas na sociedade. Muitas dessas atuações já foram merecedoras de assertivas críticas, como aquela feita por Netto (1992) *apud* Yamamoto (2009) em que os indica como “executores terminais de políticas sociais”. Por mais que este ainda seja o perfil predominante, o processo de constituição das políticas sociais públicas, requerendo dos assistentes sociais novas funções, competências e a inserção em novos campos. Deste modo, os assistentes sociais estão sendo chamados a atuar na esfera da formulação e avaliação de políticas, da gestão e do planejamento, da implantação e orientação de políticas públicas, à capacitação de conselheiros, à elaboração de planos e projetos sociais, ao acompanhamento e avaliação de políticas, programas e projetos entre outros; como também em diversos espaços sócios ocupacionais.

O assistente social, que tem a “questão social” com objeto de atuação e entende-se a Questão social como sendo um “tema básico e permanente da sociedade brasileira e que influencia o pensamento e a prática de muitos” tem se formado como objeto de interpretações divergentes – e a despeito de alguns pontos comuns no diagnóstico ou na explicação que são opostas. (Ianni, 1991)

Nesta interface, os (as) assistentes sociais trabalham com as mais diferentes expressões da questão social, elucidando a população seus direitos sociais e os meios de ter acesso aos mesmos. A expressão “questão social” entende-se como:

“conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos.” (IAMAMOTO, 2001,p.16)

Da mesma forma que diferentes espaços sócio ocupacionais no campo educacional também estão presentes e concretizadas as expressões da Questão Social. Dessa forma esse vem se constituindo em mais um espaço significativo de intervenção profissional, voltado principalmente, na luta pela igualdade e ampliação da defesa desse direito social, reafirmando assim o previsto no artigo 6º da Constituição Federal. Ou seja, o trabalho do Assistente Social na área da Educação é, em primeira instância, voltado à garantia o direito já preconizado nas esferas legais.

A contribuição do Serviço Social na universalização dos acessos, das ações de permanência de qualidade, atuando em favor da democratização do ensino público, gratuito e de qualidade e viabilizando a igualdade de condições para promover o ingresso, a permanência e conclusão dos estudos dos alunos, é um dos caminhos para se superar as graves desigualdades sociais e chegar talvez à construção concreta e real da cidadania. Como afirma Alves (2010):

“o Assistente social através de seu olhar diferenciado, apresenta-se como um aliado dentre os diversos atores institucionais na área educacional na busca por uma educação de qualidade e que possibilite o acesso democrático a ela como também que permita a esse aluno a sua permanência na escola.”

Compete ao assistente social não só diagnosticar, participar na construção de alternativas para as problemáticas sociais vividas, deparando-se com o desenvolver uma atuação profissional voltada à construção da igualdade e da justiça social. Deste modo a inserção do Assistente Social no espaço da Educação deve ser pensando, segundo Almeida (2000) *apud* Gonçalves e Silva (2011) “como uma reflexão de natureza

política e profissional sobre a função social da profissão em relação às estratégias de luta pela conquista da cidadania” (p.72).

Diante deste cenário o Assistente Social tem capacidade para atuação tanto no segmento público ou privado da Educação, seus conhecimentos, competências e atribuições que comportam uma postura profissional e de domínio instrumental técnico operativo que orientam suas ações.

Neste contexto, o Serviço Social é inserido como profissão, tendo como objeto as expressões da questão social, como as desigualdades sociais que são advindas destas situações. Assim sendo:

O Serviço Social dispõe de um caráter contraditório que não deriva dele próprio, mas do caráter mesmo das relações sociais que presidem a sociedade capitalista. Nesta sociedade, o Serviço Social inscreve-se em um campo minado por interesses sociais antagônicos, isto é, interesses de classes distintos e em luta na sociedade. (IAMAMOTO, 1998, p.38)

Por meio do Parecer Jurídico 23/00, de 22 de outubro de 2000²³, incluso na publicação do Conselho Federal de Serviço Social (2001, p.13), este dispõe sobre as atividades técnicas profissionais que o Assistente Social deve desenvolver no espaço escolar:

Pesquisa de natureza socioeconômica e familiar para caracterização da população escolar;

Elaboração e execução de programas de orientação sociofamiliar, visando prevenir a evasão escolar e melhorar o desempenho e rendimento do aluno e sua formação para o exercício da cidadania;

Participação, em equipe multidisciplinar, da elaboração de programas que visem prevenir a violência; o uso de drogas e o alcoolismo, bem como que visem prestar esclarecimentos e informações sobre doenças infectocontagiosas e demais questões de saúde pública;

Articulação com instituições públicas, privadas, assistenciais e organizações comunitárias locais, com vistas ao encaminhamento de pais e alunos para atendimento de suas necessidades;

²³ Neste Parecer Jurídico que está dentro do livro elaborado pelo CFESS (2001) consta as atividades que serão desenvolvidas pelos profissionais do Serviço Social nas Escolas de rede pública, seja ela de Ensino Fundamental ou Ensino Médio.

Realização de visitas sociais com o objetivo de ampliar o conhecimento acerca da realidade sociofamiliar do aluno, de forma a possibilitar assisti-lo e encaminhá-lo adequadamente;

Elaboração e desenvolvimento de programas específicos nas escolas onde existam classes especiais;

Empreender e executar as demais atividades pertinentes ao Serviço Social, previstas pelos artigos 4 e 5 da Lei de Regulamentação da profissão.

A atuação do assistente social deve acontecer em parceria de um trabalho interdisciplinar, focando os estudantes e seus familiares, isto é, a tríade escola-família-comunidade. O exercício profissional deve ter por intenção a busca de alternativas para os diversos problemas que se manifestam cotidianamente nas instituições escolares: desmotivação, gravidez, agressividade, evasão, repetência, violência. (CFESS, 2001)

Neste sentido, o profissional do Serviço Social é desafiado a atuar em uma perspectiva crítica da realidade, com compreensão dos fundamentos teórico-metodológicos e técnicos operativos. Nos estudos de Almeida (2003) a referência sobre a atuação do Assistente Social e sua contribuição para o contexto educacional faz menção á:

O campo educacional torna-se para o assistente social hoje não apenas um futuro campo de trabalho, mas sim um componente concreto do seu trabalho em diferentes áreas de atuação que precisa ser desvelado, visto que encerra a possibilidade de uma ampliação teórica, política, instrumental da sua própria atuação profissional e de sua vinculação às lutas sociais que expressam na esfera da cultura e do trabalho, centrais nesta passagem de milênio. (ALMEIDA, 2003, p.74)

Contudo, a intervenção do Serviço Social posiciona-se numa perspectiva crítica na busca da transformação social, a atuação do Serviço Social no campo educacional tem como grande desafio, o trabalho interdisciplinar, além de atuar aos vários aspectos sociais cotidianos expressos nas questões externas como a família e a sociedade, quanto nas relações internas que compõem o espaço educacional.

Poderia se dizer que uma das finalidades do processo de trabalho do Assistente Social na educação é ser um dos que auxiliam na concretização dos espaços de democratização do ensino, trazendo para o ambiente escolar não só os alunos, mais também a comunidade – família. Desta maneira vale analisar que pensar a educação

para além da política educacional é, portanto, outro requisito posto aos assistentes sociais, pois o olhar deve ser voltado para além do espaço escolar, sendo analisada a dimensão educativa e constitutiva deste processo que é o Estado e a Política social.

A última secção deste trabalho abordará sobre “Como esta se configurando a experiência profissional no campo da Educação Formal e de modo especial na Educação Básica” . Tendo como premissa os dados coletados nos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) produzidos na graduação de Serviço Social desta Universidade, que dentro do recorte do período de 2001 a 2011, indicado pelas categorias norteadoras da atuação dos Assistentes Sociais por meio da avaliação dos resumos e palavras chaves apresentados, possibilitando uma análise e reflexão sobre os conceitos abordados dentro do referido material.

A partir desta abordagem dentro do campo da Educação, o presente trabalho resgatará os conceitos e categorias investigados durante a pesquisa, e num exercício a partir das leituras no âmbito do Serviço Social problematizará sobre a Política Educacional, bem como a interlocução com a profissão.

4. ANÁLISE DAS REFERÊNCIAS CONCEITUAIS DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO: a partir dos Trabalhos de Conclusão de Curso pesquisados

4.1. Metodologia da pesquisa

Primeiramente o presente estudo é resultado do conhecimento adquirido no decorrer da vivência acadêmica em Estágio Obrigatório I e II no Centro Educacional Menino Jesus (CEMJ) e segundo pela experiência como bolsista no projeto de pesquisa “Serviço Social no campo educacional: as ações profissionais do Assistente Social na política de educação”, coordenado pela Prof^a Carla Rosane Bressan²⁴. (Anexo 01)

O objetivo desta sessão é de analisar “Como está se configurando a experiência profissional no campo da Educação Formal e de modo especial na Educação Básica” que segundo a Lei e Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, em seu artigo 21º caracteriza como: “[...] educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio” (Lei nº 9.394, 1996).

Tomando como referencia o recorte do projeto de pesquisa pretendeu-se analisar os Trabalhos de Conclusão de Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina no período de 2001 a 2011, a coleta de dados ocorreu por meio da leitura dos resumos, das palavras-chave e dos conceitos subsidiadores da intervenção profissional localizado nos referidos materiais.

Deste modo, com a finalidade de identificar a produção acadêmica registrada na modalidade de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC iniciou-se o mapeamento da localização dos referidos textos no banco de dados próprio da Biblioteca da

²⁴ O projeto pesquisa foi aprovado pelo Programa de Apoio a Pesquisa (FUNPESQUISA) e iniciado em 2011, e está vinculado ao Núcleo de Estudos da Criança e do Adolescente e Família (NECAD). Também analisa a modalidade de Dissertações do Programa de Pós Graduação em Serviço Social dos últimos dez anos, do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. O projeto se encontra no desenvolvimento da segunda etapa, ou seja, análise de documentos institucionais definidores de programas e/ou projetos vinculados à política pública de educação básica em execução na rede pública estadual de educação (Secretarias de Estado da Educação) e, no âmbito municipal, dos municípios que compõem a região da Grande Florianópolis. (BRESSAN, 2012).

Universidade Federal de Santa Catarina (disponível on-line), bem como os registros oficiais dos trabalhos aprovados que são fornecidos pela Coordenação de Curso de Serviço Social.

4.2. Dados gerais sobre a produção acadêmica

A intenção do mapeamento por meio dos resumos e palavras-chave tem como ponto de partida a atuação do Assistente Social na instância da Educação formal e principalmente na Educação Básica, assim sendo, realizou-se em uma primeira fase dentro do universo da produção identificada o registro atualizado dos dados que permitem organizar da seguinte forma o montante coletado.

No que se refere aos Trabalhos de Conclusão de Curso – TCCs da Universidade Federal de Santa Catarina, dos 834 trabalhos publicados em Serviço Social no site da Biblioteca Universitária – UFSC, 30 estão na área da Educação e dentre estes 20 estão na área da Educação Básica, conforme (Apêndice 01).

A partir disso pode-se indicar que 3,59% abrangem o campo da Educação e destes 2,39% estão concentrados na área da Educação Básica, conforme o gráfico 1 que segue:

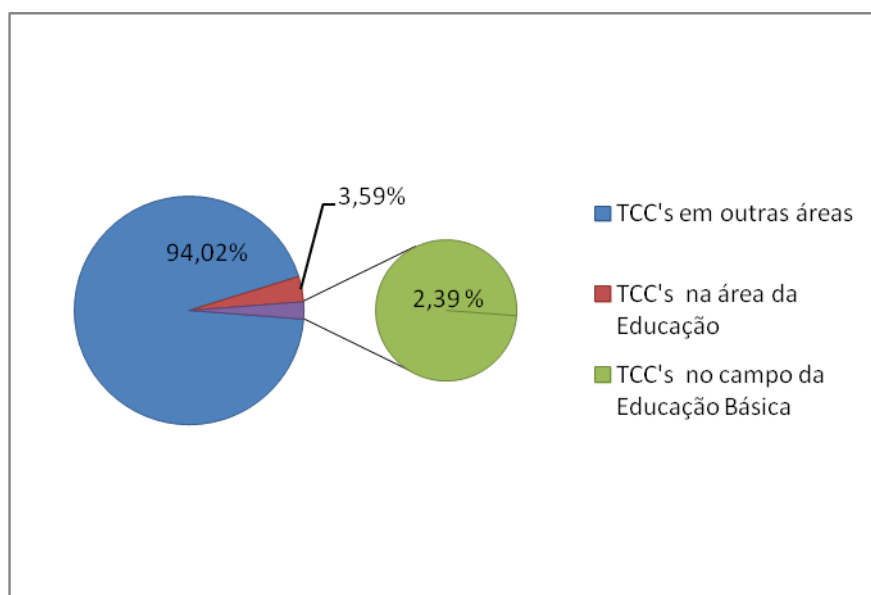


Gráfico 1: Trabalhos de Conclusão de Curso de Serviço Social, publicados no site da Biblioteca Universitária no período de 2001 a 2011, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Fonte: Dados sistematizados pelo autor, tendo como base o projeto de pesquisa de (BREZZAN, 2012).

Tomando como referencia os dados indicados é possível analisar que a inserção do debate sobre a entrada do Assistente Social na área da Educação Básica, começa aos poucos crescer e ganhar fundamento analítico e teórico de pesquisa acadêmico-científico. Conforme a inserção do profissional de Serviço Social neste campo de atuação novos desafios é conferida de modo que:

Construir uma intervenção qualificada enquanto profissional da educação, que tem como um dos Princípios Fundamentais de seu Código de Ética Profissional o “posicionamento em favor da equidade e justiça social que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática.” (CFESS, 2001, p.7).

A partir das 20 produções acadêmicas coletadas no campo da Educação básica foi considerado primeiramente o **número de incidência** das palavras-chave. Foi identificado um universo de 39 palavras indicadas (Apêndice 02), sendo que as que têm maior incidência são: Educação, Serviço Social, Direitos, Educação Infantil, Exercício Profissional, Cidadania, Educação e família, Política de Educação, Política educacional. Assim, considerando a seleção dos que receberam maiores indicações, teremos a configuração abaixo representada no gráfico que segue:

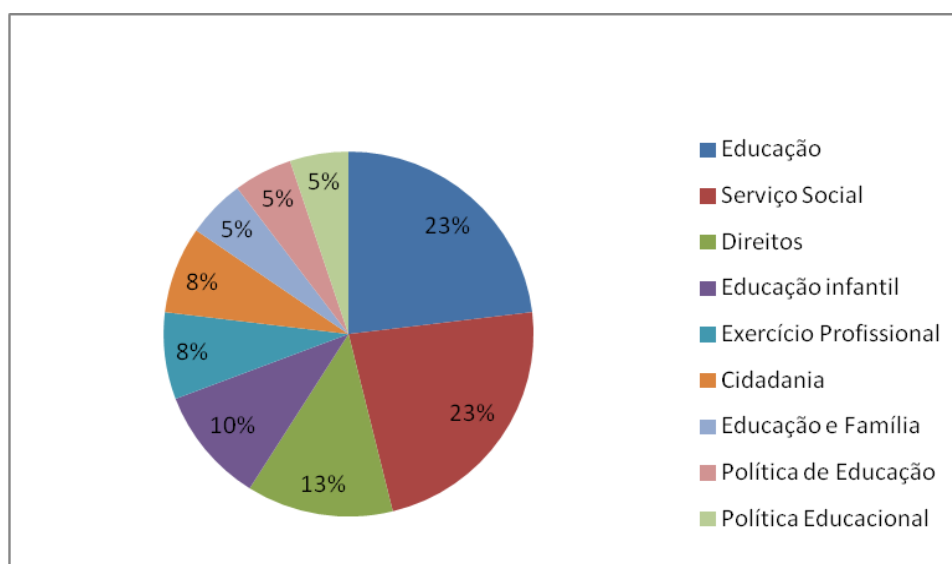


Gráfico 2: Incidências das Palavras chave identificadas nos Trabalhos de Conclusão de Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. (Período de 2001 a 2011).

Fonte: Dados sistematizados pelo autor.

Pode-se perceber diante das informações do gráfico e com sistematização de dados, entender que as produções acadêmico-científica se concretizam na área da temática geral (tanto Educação como Serviço Social) seguido da compreensão do debate a cerca da Política Educacional, conforme artigo publicado pela revista inscrita nº 6 (CFESS) e Almeida (2001, p.7), onde pondera que a perspectiva do campo de atuação da Educação Básica tem como pressuposto o início ainda que não recente da profissão do Assistente Social neste campo, bem como seu debate e produção de conhecimento, sendo assim:

“[...] a posição estratégica que a educação passou a ocupar no contexto de adaptação do Brasil a dinâmica da globalização e o movimento interno da categoria, de redefinição da amplitude do campo educacional para a compreensão dos seus espaços e estratégias de atuação profissional”.

Com o intuito de refinar o foco de análise, mais voltado agora especificamente aos campos de estágio – entendidos nesse momento enquanto “lócus” de intervenção profissional, foi realizado um terceiro filtro dentro das 20 produções acadêmico-científico. Nesse momento utilizou-se então de dois critérios de seleção, ou seja, a **maior incidência** das palavras-chave, com aquelas abordagens que indicassem **experiência de estágio acadêmico** em Serviço Social, uma vez que se desejava chegar às publicações com o conteúdo que se relacionassem a experiência profissional. Dessa maneira, 10 Trabalhos de Conclusão de Curso de Serviço Social foram selecionados, por apresentarem não somente uma menção a Educação Básica, pela incidência das palavras-chave, mas por se relacionarem a campos de atuação profissional. A tabela que segue indica os trabalhos selecionados a partir dessa terceira aproximação.

Quadro 1: Os dez Trabalhos de Conclusão de Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina consultados para a pesquisa, tendo como base o recorte da Educação Básica.

Nº de TCC	Título	Ano
303385	Serviço Social e Educação: discussões pertinentes à atuação profissional	2011

303633	A atuação do assistente social no âmbito da educação básica: seus desafios, atribuições e competências	2011
283323	O Serviço Social e a Educação Infantil: a prática de estágio com as famílias do Centro de Educação Infantil Girassol	2010
285069	O enfrentamento da questão social na lógica da inserção do assistente social na política de educação: um estudo reflexivo	2009
284249	Educação infantil a quem pertence esse direito? Contextualização do atendimento da rede de educação infantil do município de Biguaçu: um olhar a garantia do direito da criança e da família	2009
284723	O direito da criança à educação infantil	2008
285210	O Serviço social no âmbito educacional: possibilidades, desafios e importância da intervenção profissional - uma experiência no Instituto Guga Kuerten. Florianópolis	2008
285266	Serviço social na educação: o exercício profissional sob as interpretações das profissionais.	2008
283310	As possibilidades de atuação do Serviço Social no contexto educacional: uma leitura do fazer profissional no Centro de Educação Complementar (CEC) – Itacorubi	2007
286396	O Serviço social no espaço escolar: a experiência no Colégio Marista e Municipal São José	2006

Fonte: Dados sistematizados pelo autor.

Averiguou-se que alguns trabalhos apresentam um conteúdo mais descritivo e em outros mais analíticos, embora boa parte desses documentos acadêmicos trouxessem pesquisas cuja densidade teórica se afirma sobre a perspectiva da prática/exercício profissional, muitos dos questionamentos estão envoltos da atuação dos profissionais em Serviço Social frente ao campo das políticas sociais que tem como objetivo a viabilização dos direitos a população (Lei. 8662/93; Código de Ética de 1993).

Desta forma teve-se como intenção para enriquecer o trabalho à realização de recortes feitos dos resumos e do próprio texto e assim se pode perceber inicialmente que

a aproximação do Serviço Social com a realidade educacional em seus âmbitos demonstra as múltiplas expressões da questão social, o que possibilita primeiramente a reflexão acerca das demandas institucionais versus profissional.

Durante este processo de coleta foi possível compreender que as vivências em Estágio (sejam elas em Obrigatório I e II ou em Não-Obrigatório I e II) cumprem um papel estratégico no processo de formação profissional do Assistente Social; sendo este um objetivo de aprofundamento dos conhecimentos obtidos pelo/a aluno/a futuro/a profissional em Serviço Social a partir de sua inserção concretiza em campo de estágio (Ortiz, 2010).

Pelo Regulamento de Estágio do Curso de Serviço Social (2008), da Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, da Lei nº 8.662/93, e de outros constituintes jurídicos dentro e fora da legislação referente ao Serviço Social e ao Assistente Social; o estágio enquanto espaço de conhecimento para efeito acadêmico-pedagógico em suma, tem como finalidade colaborar para:

- I. a capacitação crítico-analítica necessária ao processo de formação no que diz respeito especialmente ao deciframento das particularidades socioinstitucionais e à elaboração criativa de estratégias de intervenção, comprometidas com as proposições ético-políticas do projeto profissional;
- II. o desenvolvimento de postura investigativa como inerente à sistematização teórico-prática do exercício profissional, em relação à realidade social e às mediações que perpassam o exercício profissional;
- III. a construção da síntese entre as dimensões operativas, investigativas e ético-políticas da ação profissional, reveladora da unidade entre teoria e prática no Serviço Social;
- IV. a potencialização da articulação entre ensino – pesquisa – extensão, no processo de formação profissional.
- V. a articulação entre a UFSC, a comunidade, os movimentos sociais, as organizações públicas, privadas e/ou não-governamentais;
- VI. a produção de subsídios para avaliação do projeto político-pedagógico do Curso de Serviço Social. (Regulamento de Estágio do Curso de Serviço Social, Art. 4º, 2008).

A aproximação agora mais detalhada e/ou aproximada da perspectiva dos conceitos subsidiadores da intervenção profissional, voltamos a redefinir o recorte referencial das palavras chave – agora organizadas a partir da incidência apresentada nesses 10 Trabalhos de Conclusão de Curso de Serviço Social, conforme quadro que segue:

Quadro 2. Incidência das Palavras chave nos dez Trabalhos de Conclusão de Curso de Serviço Social.

Palavras – chave	Nº de vezes que aparece
Serviço Social	07
Exercício Profissional	06
Direitos	05
Educação	04
Cidadania	03
Educação infantil	03
Política de Educação	02

Fonte: Dados sistematizados pelo autor, a partir do projeto de pesquisa de (BRESSAN, 2012).

A partir da seleção das 07 palavras chave é de daremos início ao exercício de sistematizar reflexivamente os conceitos subsidiadores da intervenção profissional, contidos no texto dos TCC's. Para tanto foi realizada a leitura dos resumos, da introdução e daqueles itens que correspondessem aos fundamentos teóricos. Questões essas que passam a ser analisadas no item que segue.

4.3. Conceitos subsidiadores da intervenção profissional: o desenho apresentado a partir dos Trabalhos de Conclusão de Curso

Constitui-se neste momento apontar algumas respostas sendo elas os resultados encontrados no que toca as palavras-chave e conceitos extraídos dos TCCs. De modo a explicitar as palavras-chave e nortear a reflexão com base nos conceitos referenciados dos TCCs, sendo constado de onde a citação foi extraída, e podendo o título ser consultado a partir da Tabela 1, que faz parte do início desta secção. O que se apresentará a seguir abrange as sistematizações das palavras-chaves, seus conceitos, e considerações a partir de leituras na esfera do Serviço Social.

Ao longo deste trabalho reitera-se que o papel do Assistente Social na área da Educação formal versa em apoiar e promover a superação das contradições e dificuldades individuais e coletivas, próprias á relação entre escola - comunidade e as demandas vigentes, com vistas à efetivação do projeto de uma educação cidadã. Pode observar que:

Nessa direção, o assistente social trabalha na perspectiva do empoderamento, ao passo que organiza um conjunto de atividades voltadas a reduzir a falta de poder. Desde as relações de força na instituição (incide na discriminação, exclusão e/ou negligencia de certos sujeitos e segmentos), até a construção de estratégias (voltadas a apoiar e atuar no desenvolvimento de resistências, de ativismo individual, na desocultação e enfretamento das injustiças sociais e processos excludentes) (AMARO, 2012, p.17).

Tomando como base esta premissa, parte-se para as palavras-chave e os conceitos referentes ao Serviço Social e a Educação, localizados nos TCC's:

Serviço Social na Educação: O assistente social na área da educação, nas respectivas instituições de ensino, volta-se para a obtenção do acesso à educação e as condições de permanência do aluno, na escola. Porém, precisa estar consciente que sua inserção está pautada nas contradições presentes, no que diz respeito aos interesses de classes no controle social e o papel do Estado, onde o quesito trabalho ainda é marcado como umas das questões centrais da sociedade neoliberal. (p.22) **TCC nº 303633**

Serviço Social na Educação: A inserção no campo da educação, portanto, impõe aos assistentes sociais, o desafio de construir uma

intervenção qualificada enquanto profissional da educação, resgatando outro princípio fundamental do Código de Ética Profissional, o posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática, o que resultará num trabalho de construção coletiva e interdisciplinar no espaço da escola, que será caracterizado por caminhos e experiências diferenciadas, porém com o mesmo objetivo. (p.43-44) **TCC nº 303385**

Serviço Social na Educação: a inserção do serviço social na educação resgata a visão de integralidade e coletividade humana como resultado de certas estratégias para um novo espaço profissional, no qual, em consonância com o Código de Ética Profissional (1993), pretende-se efetivar a ampliação e consolidação da cidadania, com vistas ao posicionamento em favor da equidade e justiça social que assegure a universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas no campo educacional, bem como uma gestão democrática. (p.40) **TCC nº283323**

Constatam-se nos conceitos acima pontos em comuns que delimitam o caráter do Serviço Social na Educação Básica, são perceptíveis no decorrer dos conceitos que o Serviço Social neste âmbito contribui em identificar os fatores sociais, culturais e econômicos que originam os processos que mais afligem o campo educacional como: evasão escolar, o baixo rendimento escolar, comportamentos e atitudes agressivas. Sendo assim uma das contribuições fundamentais neste processo é o proporcionamento aos devidos encaminhamentos que muitas vezes são necessários aos alunos e alunas, nas diversas situações econômicas, sociais ou culturais que se originam ou são trabalhadas dentro do espaço escolar, de certa forma este também é um aspecto que contribui para a efetivação direito a educação. (Almeida, 2001)

Seguindo neste caminho é visível entre a relação Serviço Social e Educação formal um elo de articulação que se desenvolve entre os sujeitos do contexto escola-família-comunidade, algo que possibilita a efetivação e o exercício de uma rede de complementaridade entre o exercício de direitos e o movimento do processo educativo, nesta perspectiva pode se observar:

“O Serviço Social facilitou o acesso das famílias-alunos aos seus direitos, favorecendo a participação nos processos que constituem o ambiente escolar, ampliando informações e conhecimento referentes à vida familiar e comunitária. A ação sócio-educativa do Serviço Social com os pais e alunos desencadeia um processo de mudanças de

hábitos, modos de pensar, comportamento e práticas nas diversas relações sociais estabelecidas na sociedade” (MARTINS, 1999b, p.63).

Portanto pensar e debater o Serviço Social na Educação Básica ou no campo educacional nos remete a um campo de intervenção do Estado e ao mesmo tempo um espaço sócio-ocupacional que para tanto a dimensão contraditória da profissão ainda se faz presente:

A instituição Serviço Social, sendo ela própria polarizada por interesses de classes contrapostos, participa, também do processo social, reproduzindo e reforçando as contradições básicas que confrontam a sociedade do capital, ao mesmo tempo e pelas mesmas atividades em que é mobilizada para reforçar as condições de dominação, como dos polos inseparáveis de uma mesma unidade. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008a, p.94).

Desta forma, a conclusão que se chega sem querer simplificar o conceito, é de que o direcionamento ético-político do Assistente Social no campo da Educação Básica depende da amplitude do referencial teórico-metodológico que abarca o profissional, bem como sua concepção ampliada de educação; que orientará deste modo uma dimensão pedagógica em seu trabalho e em concordância com o projeto ético-político da profissão.

As palavras chave que seguem são Direitos, Educação Infantil e Política de Educação nos referidos TCC's:

Educação Infantil: A educação infantil é muito nova, sendo aplicada realmente no Brasil a partir dos anos 30, quando surge a necessidade de formar mão de obra qualificada para a industrialização do país. A necessidade por pré-escola aparece, historicamente, como reflexo direto das grandes transformações sociais, econômicas e políticas. Surgem, com caráter assistencialista, esse fato decorre, fundamentalmente, da necessidade da mulher contribuir para o sustento financeiro da família, além da existência de discursos sociais, que veiculam valores universalistas, igualitários e de direito de realização profissional pela mulher. (VAITSMAN, 1994) (p.27) **TCC nº 284249**

Educação Infantil: No que concerne às discussões e aos avanços sobre esta nova concepção de educação voltada para a criança pequena, argumenta-se que a Educação Infantil possui uma história de expansão e retraimento, diferentemente dos outros níveis de ensino que teve em

sua política marcada por continuidades. (ROSEMBERG, Fúlvia, 2001) (p.29) **TCC n° 284723**

Educação Infantil: a educação infantil é impulsionada por grandes avanços, como nas conquistas da legislação em reconhecer a criança como sujeito de direitos. (p.15) **TCC n° 283323**

Primeiramente percebe-se que os referidos trabalhos acadêmicos ao abordar o conceito de Educação Infantil, apresentam a contextualização do movimento da política educacional, e pouco se frisa em um termo específico para delimitar o mesmo. Também o que se encontra é uma retrospectiva da Educação Infantil, desde sua origem dos termos referente à criança e a infância, bem como, breves análises da trajetória dos aspectos históricos e legislativos que norteiam a educação infantil.

Outro ponto interessante ao longo dos resumos neste conceito é a articulação a efetivação de direitos, bem como a reflexão da configuração da política pública voltada para este segmento. Já no que diz respeito à conceituação da palavra-chave “Direitos”, está vem norteadada pelo direito da criança e da família, juntamente com o debate da Política de Educação, ou seja, a palavra-chave expressa nos trabalhos citados consiste na reflexão sobre o direito de se efetivar a relação muitas vezes do usuário e de sua família dentro da Política.

Diante deste contexto, pode – se dizer primeiramente que a Política de Educação atualmente é respaldada pelos marcos legais como a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, a partir deste marco é que se tem um processo de descentralização e municipalização das políticas sociais no seu contexto macro, e também da educação . E pensar o Serviço Social neste âmbito da Política de Educação é rever os parâmetros desta política social em seu contexto político, social, econômico e cultura. Deste modo tanto as políticas sociais, e especialmente a Política de Educação, são espaços de contradição que muitas vezes expressam as lutas de classes e que moldam este formato de política em vigor. Assim sendo:

[...] a política de educação pode ser concebida também como expressão da própria questão social na medida em que representa o resultado das lutas sociais travadas pelo reconhecimento da educação pública como direito social (ALMEIDA, 2005a, p.10).

Em contrapartida seguindo a lógica destes aspectos é perceptível que nos trabalhos que contem a palavra-chave sobre Educação e Família, estas estão voltadas para a análise sobre o Exercício Profissional e sobre a Política Educacional, como podemos ponderar:

Exercício Profissional: Essa é, portanto, uma contradição no interior da profissão, na qual a prática do Assistente Social foi demandada para a conformação das classes subalternas. Seu trabalho produz um efeito não só material, mas também no campo dos conhecimentos, comportamentos, cultura, interferindo na vida dos sujeitos. Assim, juntamente com outros profissionais, o Assistente Social contribui na criação de consensos na sociedade (MARTINS, 2001). (p.25) **TCC nº 286396**

E como podemos perceber:

Exercício Profissional: Entende-se que o profissional de Serviço Social atua num campo onde sua prática é tensionada tanto pela finalidade pelo qual foi requisitado historicamente (criar consensos na sociedade) como também pelos preceitos contidos no Projeto Ético-Político da profissão. No entanto, quer atuando no sentido de criar consensos no contexto das relações sociais, quer atuando no sentido de contribuir para a construção de unia contra-hegemonia, o Serviço Social é uma profissão de cunho educativo, cuja prática, portanto, desempenha uma função pedagógica que pode estar tanto vinculada à manutenção da ordem posta como também numa perspectiva emancipatória. (ABREU, 2002). (p.25) **TCC nº 286396**

A problematização do exercício profissional na área educacional e em seu contexto geral elenca aspectos de pensar o Social frente à própria política educacional e perceber que as particularidades existentes são perpassadas ao longo do caminho da educação enquanto política pública.

A contribuição do exercício profissional do Assistente Social vai além do Projeto Político Pedagógico, ou seja, não se restringe ao espaço da escola, pois as demandas emergentes no âmbito educacional evidenciam a grande importância do Serviço Social na Política Educacional e caracterizam o processo de afirmação do projeto ético-político profissional enquanto componente de:

[...] valores, saberes e escolhas teóricas, práticas, ideológicas, políticas, éticas, normatizações acerca de direitos e deveres, recursos políticos-organizativos, processos de debate, investigação, interlocução crítica com o movimento da sociedade, da qual a profissão é parte e expressão (YASBECK, 2004, p.12)

Partindo de o pressuposto, o fazer profissional, proporciona um leque de reflexões e é na, trajetória sócio- histórica da profissão e no político-ideológico que as dimensões do trabalho do Assistente Social e seu exercício são demonstrados:

O Assistente Social é, neste sentido, um intelectual que contribui, junto com inúmeros outros protagonistas na criação de consensos na sociedade. Falar de consenso diz respeito não apenas a adesão do instituído: é consenso em torno de interesses das classes fundantes, sejam dominados ou dominantes. (IAMAMOTO, 1998, p.69)

Ao analisar este aspecto, segue-se para a conceituação da última palavra-chave: a Cidadania, seu surgimento e conceito são debatidos em Marshall²⁵, neste contexto a cidadania é demonstrada como um processo historicamente construído por meio dos direitos civis no século XVIII, dos direitos políticos no século XIX e no século XX são consagrados os direitos sociais. Deste modo a cidadania pode ser compreendida como:

O reconhecimento dos indivíduos e coletivos como sujeitos na construção da história, pela participação política, pelo exercício da autonomia e pela garantia que lhes é dada, num Estado de Direito, das condições e meios de vida tanto como direitos individuais (fruto do liberalismo), quanto como direitos políticos (liberalismo e democracia), e direitos sociais (socialismo e social-democracia), ao meio ambiente saudável e a bioética. A reprodução da força de trabalho e do processo de acumulação, assim, se imbrica na rede da cidadania. (FALEIROS, 2000, p.43).

E verifica-se que cidadania:

[...] é próprio direito á vida no sentido pleno. Trata-se de um direito que precisa ser construído coletivamente, não só nos termos do atendimento as necessidades básicas, mas de acesso a todos os níveis

²⁵ MARSHALL, T. H. Cidadania, Classe Social e Status. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

de existência, incluindo o mais abrangente, o papel do(s) homem(s) no Universo. (COVRE, 1999, p.10)

Para desenvolver este pensamento sobre o exercício de cidadania, podemos compreender segundo Dallari (1998) que a cidadania é um conjunto de direitos e que o cidadão que não a tem está “marginalizado” ou excluído da vida e da tomada de decisões, ficando assim numa posição de inferioridade do grupo social. Neste sentido vale ressaltar que a garantia e a efetividade dos direitos, implica em necessárias ações sociais e governamentais para oportunizar e fortalecer a implantação de políticas públicas voltadas para a formação cidadã dos sujeitos.

Ao longo deste trabalho são apresentados conceitos extraídos de reflexões à cerca de uma experiência profissional, e os recortes permitiram uma riqueza na discussão sobre o Serviço Social na Educação Básica. A tentativa de elucidar alguns pontos da profissão enquanto fundamento profissional foi contemplado e a discussão ainda é imensa e com uma longa trajetória. Os conceitos subsidiadores proporcionaram a qualificação desta análise, o que permitiu constatar a dimensão do debate que está sendo realizado dentro do TCCs (que refletem por vezes as experiências profissionais cotidianas e suas expressões), abraçando assim mesmo que minimamente, o que o presente trabalho se propôs.

Concluindo assim a possibilidade da inferência de que a inserção do Serviço Social no campo da Educação, contribui para ações que torna cada vez mais a educação uma prática social, voltada a um caráter emancipatório de seus sujeitos e comprometida com a formação da cidadania. Corroborando com o que nos indica Amaro (1997) que tanto a escola, seus profissionais (educadores) e os Assistentes Sociais partilham de desafios semelhantes e tem como base e ponto a educação para juntos enfrentar todas e quaisquer expressões e demandas que dela venham a surgir.

É importante destacar que o profissional de Serviço Social, inserido na escola, consolida seu papel no sentido de subsidiar, auxiliar a escola, e seus demais profissionais, no enfrentamento das demandas escolares, sejam elas construídas dentro dos muros da escola, ou derivadas das expressões sociais, econômicas ou culturais de cada aluno e família dentro do contexto societário. As demandas apresentadas para o

Assistente Social são resultantes da questão social e de certa forma, justificam a entrada do profissional de Serviço Social nestes espaços, que tem como objetivo norteador trabalhar estas demandas e encaminha-las.

Deste modo o Serviço Social tem em sua base um caráter educativo e de contribuição na construção de consciências, seja ela por meio da garantia de direitos, ou na efetivação e luta *dos e para* sujeitos sociais, resgatando uma visão ampla de integralidade que edifica seu compromisso ético-político. Neste sentido, segundo Martins (1999) pode se afirmar que os objetivos da prática profissional do Serviço Social no setor educacional são:

- Contribuir para o ingresso, regresso, permanência e sucesso da criança e adolescente na escola;
- Favorecer a relação família-escola-comunidade ampliando o espaço de participação destas na escola, incluindo a mesma no processo educativo;
- Ampliar a visão social dos sujeitos envolvidos com a educação, decodificando as questões sociais;
- Proporcionar articulação entre educação e as demais políticas sociais e organizações do terceiro setor, estabelecendo parcerias, facilitando o acesso da comunidade escolar aos seus direitos (p.60).

Evidencia-se que a educação se funda em uma política social que tem como premissa a garantia dos direitos sociais, e, portanto, é de grande relevância os Assistentes Sociais nas escolas e com isso os projeto de Lei sobre o Serviço Social na Educação - PL 3.688/2000 ²⁶e PEC 13/2007²⁷. Ressalta-se que a importância dos profissionais do Serviço Social e a atuação das equipes multiprofissionais nas redes básica de ensino concretizam e fortalecem o trabalho com as expressões derivadas da questão social no espaço educacional e permitem que estas sejam enfrentadas e mediadas.

²⁶ Após aprovado na Câmara foi transformado em PLC 060/2007, no Senado. Dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e Serviço Social nas escolas públicas de Educação básica. Ver: <http://www.cfess.org.br/arquivos/acompanhamento-PLs-2013-marco>

²⁷ PEC 13/2007 - Propõe a garantia aos alunos de Ensino fundamental e Médio atendimento por equipe formada por Psicólogos e Assistentes sociais. Acrescenta inciso ao art. 208 da Constituição Federal de 1988. Ver mais em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/acompanhamento-PLs-2013-marco>

Não podendo esquecer que ainda existem grandes desafios para a categoria profissional, principalmente no que tange a inserção do Serviço Social no âmbito da Política de Educação, pois se considera necessário transpor com algumas estruturas para se assegurar e/ou alcançar os direitos, para assim, fortalecer cada vez mais a categoria profissional na perspectiva de seu projeto ético-político profissional.

Dito isso, é necessário entender esta totalidade e reafirmar a concepção da garantia e luta de direitos, pois só assim se efetivará os direitos constitucionais. O avanço do exercício profissional está na “luta”, pois é preciso seguir de mãos dadas nessa profissão. Como diz o poeta:

“Não serei poeta de um mundo caduco. Também não cantarei o futuro. Estou preso à vida e olho meus companheiros. Estão taciturnos, mas nutrem grandes esperanças. Entre eles, considero a enorme realidade. O presente é grande, não nos afastemos. Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas”.

(Carlos Drummond de Andrade – “Mãos Dadas”)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tentando resgatar a trajetória da pesquisa, o sentimento suscitado permite considerar que as discussões e análises realizadas no presente trabalho não comportam atribuir um ponto final, embora nesse momento seja necessário inferir um “final provisório”. A intenção que motivou a construção do trabalho não pretendeu encerrar o diagnóstico sobre a política educacional brasileira, tão complexa e entremeadada de elementos sociais, políticos e econômicos. Tampouco o debate sobre os conceitos apresentados ao longo do estudo, extraídos a partir das experiências de pesquisa acadêmico-científico teceram-se considerações que permitiram a acadêmica traçar um caminho próprio de discussão da temática.

Tanto que refletir sobre os prenúncios da educação no Brasil exigiu pensar como se constituiu um dos primeiros setores que se tornou alvo de políticas públicas ao longo de seu processo de modernização e desenvolvimento. Assim sendo, a priorização dos elementos essenciais para a compreensão da questão fez - se presente, aproximando a indagando e ao mesmo tempo compreendendo do por que do padrão educacional tão seletivo e excludente vigora até os dias atuais.

Por outro lado, mediante a Constituição Federal de 1988, reafirma-se, pelo menos formalmente, a educação como um direito social, no sentido de reconhecê-la enquanto uma “necessidade” no processo de dignidade da pessoa humana, e no livre exercício da cidadania. Na perspectiva de delinear as linhas do processo histórico da educação e da política educacional, observou-se que os aspectos da constituição da política educacional referem à garantia do direito a educação, mas ainda há um distanciamento entre o *ser* e o *dever*.

Em virtude de explanar sobre os aspectos da política pública de Educação em seu âmbito de redemocratização apresentaram-se dois questionamentos ao longo do estudo: se esta tem legitimado a ação do Estado e dos interesses da classe dominante ou se concretiza a expansão dos direitos sociais, econômicos e culturais. Neste contexto, tiveram-se como apreciação as extensões do neoliberalismo no campo educacional que poderiam ser interpretadas como um “complexo processo de construção hegemônico”,

ou seja, a ampliação do direito à educação básica e sua regulação tem como ponto inicial a conjuntura político, social, econômica e educacional.

Ao remeter esta análise à prática profissional chega-se obviamente à construção que vem sendo feita pelo conjunto dos profissionais, sistematizado mais objetivamente em seu projeto ético-político, profissional do Serviço Social e no Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais (1993). Ambos referenciam os direcionamentos possíveis enquanto compromisso na reafirmação e concretização dos direitos humanos e da garantia do pluralismo, bem como o empenho do exercício da cidadania. Por meio desta dimensão política temos o comprometimento a favor da justiça social e da equidade no ponto de vista da universalização do acesso aos programas, serviços e políticas sociais. E diante de todo este processo é que se situa o profissional de Serviço Social ao lidar em seu dia-a-dia com as expressões da questão social e na busca pela efetivação dos direitos e na consolidação destes.

Em razão da análise semeada ao longo deste estudo, foi possível afirmar que os distintos espaços sócios ocupacionais da arena educacional constituem em um importante campo de intervenção profissional, voltado também para a luta pela igualdade e ampliação da defesa da educação enquanto direito social. Os intuitos da atuação do Assistente Social em parceria de um trabalho interdisciplinar, nestes espaços reafirmam a perspectiva da tríade escola-família-comunidade.

A intervenção do Assistente Social volta-se, em última instância, à posicionar-se numa perspectiva crítica na busca da transformação social. A atuação do Serviço Social no campo educacional tem como grande desafio a configuração da experiência profissional na área da Educação Formal, e de modo especial na Educação Básica.

Em virtude desta constatação é que se referenciou o objetivo de pesquisa deste trabalho, nesta perspectiva tiveram-se como análise as referências conceituais do Assistente Social na Política de Educação, a partir dos Trabalhos de Conclusão de Curso de Serviço Social pesquisados no período de 2001 a 2011, tendo como norteamento o projeto de pesquisa “Serviço Social no campo educacional: as ações profissionais do Assistente Social na política de educação”, do qual foi oportunizada a participação como bolsista.

Desta forma, o percurso foi de construir algumas respostas, sendo elas tocantes às palavras-chave e conceitos extraídos dos TCCs – referenciadas ao longo da terceira seção. Reiterou-se que o papel do Assistente Social na área da Educação formal versa em apoiar e promover a superação das contradições e dificuldades individuais e coletivas, próprias à relação entre escola – comunidade. Os conceitos expostos e os recortes permitiram uma riqueza na discussão sobre o Serviço Social na Educação Básica, a tentativa de elucidar alguns pontos da experiência profissional em andamento.

Pode se observar que debater o Serviço Social na Educação Básica ou no campo educacional nos remete a um campo de intervenção do Estado e ao mesmo tempo um espaço sócio-ocupacional, desta forma, pode-se afirmar que o direcionamento ético-político do Assistente Social no campo da Educação Básica dependerá da amplitude do referencial teórico-metodológico utilizado pelo profissional, bem como sua concepção de educação, o que orientará deste modo uma dimensão pedagógica em seu trabalho.

Salienta-se por fim que a problematização do exercício profissional na área educacional e em seu contexto geral elenca aspectos de pensar o “Social” frente à própria política educacional e perceber que as particularidades existentes são perpassadas ao longo do caminho da educação enquanto política pública.

A contribuição do exercício profissional do Assistente Social vai além do Projeto Político Pedagógico, ou seja, não se restringe ao espaço da escola, pois as demandas emergentes no âmbito educacional evidenciam a grande importância do Serviço Social na Política Educacional e caracterizam o processo de afirmação do fazer profissional, sendo aí que se configura a “ponte” para uma constituição de um projeto de educação cidadã.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. **Reforma do Estado e políticas educacionais: entre a crise do Estado-Nação a emergência da regulação supranacional**". Educação & Sociedade, n° 75, p. 15-32, 2001.

ALMEIDA, Maria de Fátima Ramos de. Política educacional brasileira na década de 1990: um desserviço à cidadania. **Cadernos de História da Educação**, São Paulo, n. 4, p.117-131, 10 maio 2005a.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **Serviço Social e política educacional: um breve balanço e desafio desta relação**. 1º Encontro de Assistentes Sociais na Área de Educação. Belo Horizonte, 28 março 2003.

_____, Ney Luiz Teixeira de. **O Serviço Social na Educação**. In: Revista Inscrita. Nº 6 CFESS, 2001. p.19-24.

_____, Ney Luiz Teixeira de. **O Serviço Social na Educação: novas perspectivas sócio-ocupacionais**. Mimeo, 2007.

ALVES, Ilza Maria da Silva. **Desafios e possibilidades de atuação do Assistente Social: a área da Educação como espaço sócio-ocupacional**. 2010. Disponível em: <http://cress-sc.org.br/img/noticias/0083_.html>. Acesso em: 10 abr. 2014.

AMARO, Sarita Teresinha Alves. **Serviço Social na escola: o encontro da realidade com a educação**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1997.

_____, Sarita Teresinha Alves. **Serviço Social na Educação: bases para o trabalho profissional**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2012.

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia**. 3ª Edição. Editora Moderna, 2006

AZEVEDO, Janete Maria Lins. O Estado, a política e a regulamentação do setor educacional no Brasil: uma abordagem histórica In: **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**/ Naura Syria Carapeto Ferreira, Márica Angela da S.Aguiar (orgs.).São Paulo: Cortez, 2001. – 2.ed.p.17-42.

BARUFF, Helder. **A educação como um direito social fundamental: positividade e eficácia**. Educação e Fronteiras On – Line, Dourados/MS, v. 1, n. 3, p.146-159, 01 jul. 2011. Quadrimestral. Parcerias dos Programas de Pós-Graduação em Educação do Estado de Mato Grosso do Sul. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/viewFile/1522/900>>. Acesso em: 05 jul. 2014.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Editora Campus. Rio de Janeiro, 1992.

BOLORINO, Eliana. **Educação e Serviço Social: elo para a construção da cidadania**/ Eliana Bolorino, Canteiro Martins. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1998.

_____, Lei 8.069/90. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. ECA. Brasília, 1990.

_____, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. (LDB). Lei Federal de nº 9.394 de 26 de dezembro de 1996.

_____, Lei nº 9.424 de 24 de dezembro de 1996. Dispõe **sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de valorização do Magistério**. Brasília, 1996.

_____, Ministério da Educação e do Desporto. **Política Nacional de Educação infantil**. Brasília: MEC, 1994

_____,. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação**. Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Brasília, 2001.

_____,. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 11.494 de junho de 2007. **Regulamenta o FUNDEB**. Brasília, 2007

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CFESS. **Serviço Social na Educação**. Grupo de estudos sobre o Serviço Social na Educação. Brasília: DF, 2001.

_____, Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social. Lei nº 8662, de 07 de junho de 1993. **Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências**.

_____,. **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. Elaborado pelo Grupo de Trabalho do Conjunto CFESS-CRESS Serviço Social na Educação, 2011.

_____,. **Acompanhamento dos projetos de lei em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado**. 2013. Disponível em:

<<http://www.cfess.org.br/arquivos/acompanhamento-PLs-2013-marco>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

CHAUÍ, M. Direitos humanos e medo. In: FESTER, A. C. R. (org.) **Direitos humanos e...** São Paulo: Brasiliense, 1989. p.15-35.

COLLOR, Fernando, 1949-. **Brasil: um projeto de reconstrução nacional** / Fernando Collor. - Brasília: Senado Federal, 2008.141 p

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA. **Adotada em Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989.** Disponível em:<http://www.onu-brasil.org.br/doc_crianca.php>. Acesso em: 18 de jun. de 2014.

COUTO, Berenice Rojas. **Sistema Único da Assistência Social – Suas: na consolidação da Assistência Social enquanto política pública.** In: CRUZ, L.R; & GUARESHI, N. M. F. (Orgs.) Políticas públicas e Assistência Social – Diálogo com as praticas psicológicas, Petrópolis: Vozes, 2009. p. 41- 55.

COVRE, Maria de Lourdes Manzine. Coleção Primeiros Passos. **O que é cidadania.** Editora Brasiliense S/C. 1999.

CUNHA, Luiz Antonio. **Educação e desenvolvimento social no Brasil.** 5.^a edição -Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1980.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **A Educação Básica como direito.** Cadernos de Pesquisa, Minas Gerais, v. 38, n. 134, p.293-303, ago. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v38n134/a0238134.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2014

DAVIES, N. **O financiamento da Educação estatal no Brasil: desafios para sua publicização.** In: R. Educ. Cuiabá, v. 19, n. 40, p. 229-245, maio/ago. 2010.

DALLARI, **Direitos Humanos e Cidadania.** São Paulo: Moderna, 1998.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948.** Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.ht>. Acesso em: 05 maio. 2014.

FALEIROS, V. P. **Natureza e desenvolvimento das políticas sociais no Brasil.** In: CFESS; ABEPSS. (Org.). Capacitação em Serviço Social e Política Social – Módulo 3.1. Ed.Brasília: Editora da UnB/CEAD, 2000, v.3, p.41-56.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 18. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

FREITAS, Rita de Cássia Santos; MESQUITA, Adriana de Andrade. **As novas expressões da “questão social” e as famílias brasileiras: reflexões para o Serviço**

Social. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/1097_enps_famílias_e_questão_social.pdf>. Acesso em: 20 maio 2014.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A formação e profissionalização do educador: novos desafios.** In: GENTILI, Pablo e SILVA, Tomás Tadeu (org). Escola S.A. Quem ganha e quem perde no mercado educacional no neoliberalismo. Brasília: CNTE, 2ª Ed. 1999.

GENTILI, Pablo e SILVA, Tomás Tadeu (org). **Escola S.A. Quem ganha e quem perde no mercado educacional no neoliberalismo.** Brasília: CNTE, 2ª Ed. 1999.

GONÇALVES, Amanda Boza; SILVA, Claudia Neves da. **Serviço Social e Educação: possíveis contribuições.** 2011. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/6303_3342.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** São Paulo, 19ª edição, Cortez, 2008a;

_____, Marilda Villela. **Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 15. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

_____, Marilda Villela. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social.** In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, Caderno de textos da especialização. 2009. p. 341-375.

_____. **A questão social no capitalismo.** In. Revista Temporalis. n. 03 Jan-Jun. 2001. Brasília.

IANNI, Octavio. **A Questão Social no Brasil.** In: São Paulo em Perspectiva. São Paulo, Fundação SEADE, vol. 5, nº 1, jan a mar de 1991.

LIMA, Lana Ferreira de. **A relação entre a cidadania e o direito à igualdade: a face positiva e negativa.** Educação em Revista, Marília, v. 10, n. 2, p.87-102, 05 set. 2009.

MALACO, Laís Helena. **As disciplinas humanísticas e o Currículo de educação física, segundo a percepção de alunos e docentes.** Motriz, São Paulo, v. 2, n. 1, p.16-19, 1999.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status.** Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

MARTINS, Clélia. **O que é: Política Educacional**. São Paulo: Brasiliense, 1993a. 73 p. (Coleção Primeiros Passos)

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. **O Serviço Social na área da Educação**. In: Revista Serviço Social & Realidade. V. 8 nº 1. UNESP, Franca: São Paulo, 1999b.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Planejamento Político-Estratégico 1995/1998**. Brasília, maio, 1995.

_____. **Programa setorial de ação do Governo Collor na área de educação. 1991-1995**. Brasília, dez., 1990.

NEVES, L. **Determinantes das Mudanças No Conteúdo das Propostas Educacionais nos Anos 90 – Período Collor**. In: NEVES, L. (coord.). **Política Educacional nos Anos 90: Determinantes e Propostas**. 2 ed., Recife, Ed. Universitária, 1995.

ORTIZ, Fátima Grave. **Desafios Contemporâneos para o processo de Estágio e Supervisão em Serviço Social**. In FORTI, Valéria. GUERRA, Yolanda, (orgs) **Serviço Social: temas, textos e contextos: coletânea nova de serviço social**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

OTRANTO, Célia Regina. **A Nova LDB da Educação Nacional: seu trâmite no Congresso e as principais propostas de mudança**. Revista Universidade Rural, São Paulo, v. 18, n. 1-2, p.1-15, 10 abr. 1996.

PACTO INTERNACIONAL DOS DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS. **Adotada pela Resolução n.2.200-A (XXI) da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 16 de dezembro de 1966 e ratificada pelo Brasil em 24 de janeiro de 1992**. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/pacto_dir_economicos.htm>. Acesso em: 30 de abril.de.2014

PLANO DECENAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS. Brasília: MEC, 1993. Versão atualizada

PNUD/UNESCO/UNICEF/BANCO MUNDIAL. **Declaração sobre educação para todos. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtien: 1990, UNICEF, Brasília, s.d.

RANIERI, Nina Beatriz Stocco. **O direito à educação e o pleno exercício da cidadania**. ComCiência [online]. 2009, n.111, pp. 0-0. ISSN 1519-7654.

SACRISTÁN, José Gimeno. **Reformas educacionais: utopia, retórica e prática**. In: GENTILI, Pablo e SILVA, Tomás Tadeu (org). Escola S.A. Quem ganha e quem perde no mercado educacional no neoliberalismo. Brasília: CNTE, 2ª Ed. 1999.

SAVELI, Esméria de Lourdes; TENREIRO, Maria Odete Vieira. **A educação enquanto direito social: aspectos históricos e constitucionais**. Rev. Teoria e Prática da Educação, Maringá, v. 15, n. 02, p.51-57, 10 maio 2012. Quadrimestral. Disponível em: <<http://www.dtp.uem.br/rtp/volumes/v15n2/04.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2014.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **O projeto educacional da nova direita e a retórica da qualidade total**. In: GENTILI, Pablo e SILVA, Tomás Tadeu (org). Escola S.A. Quem ganha e quem perde no mercado educacional no neoliberalismo. Brasília: CNTE, 2ª Ed. 1999.

SOUZA, Eliete Ramos de. **Reflexões acerca do papel da Educação Básica na formação do trabalhador**. 2010. Anais do VIII Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas. SEPECH / organizado por Raquel Kritsch e Mirian Donat. –Londrina, Eduel. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/sepech/sumarios/temas/reflexoes_acerca_do_papel_da_educacao_basica_na_formacao_do_trabalhador.pdf>. Acesso em: 24/06/2014.

VASCONCELOS, Teresa. **A Importância da Educação na Construção da Cidadania**. Saber (e) Educar, Porto - Portugal, n. 12, p.109-117, 2007.

VERONESE, Josiane Rose Petry; VIEIRA, Cleverton Elias. **A Educação Básica na legislação brasileira**. Revista Sequencia, Florianópolis, n. 47, p.99-125, dez. 2003. Disponível em: <<file:///C:/Users/User/Downloads/15281-47059-1-PB.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2014.

YANAGUITA, Adriana Inácio. **As políticas educacionais no Brasil nos anos 1990**. In: II Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação Jubileu de Ouro da ANPAE (1961 - 2011), 11, 2011, São Paulo. **Séries Cadernos**. São Paulo: Anpae, 2011. p. 1 - 13.

YASBEK, M.C. **As ambigüidades da Assistência Social Brasileira após 10 anos de LOAS**. Revista Serviço Social & Sociedade, ano XXV, nº 77, p. 11-29, mar. 2004.

REFERÊNCIAS DAS CITAÇÕES EXTRAÍDAS DOS TCCs

TCC nº 284249: VAITSMAN, J. **Flexíveis e Plurais:** identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas, p.13-74. Rio de Janeiro, 1994.

TCC nº 284723: ROSEMBERG, Fúlvia. **Panorama da educação infantil contemporânea.** In: Simpósio Educação Infantil: construindo o presente. Anais. — Brasília: UNESCO Brasil, 2003. p.33-82.

TCC nº 286396: ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional.** São Paulo: Cortez, 2002.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. **Serviço Social: mediação escola e sociedade.** Dissertação de Mestrado. Franca: UNESP, 2001. Disponível em < <http://www.unitoledo.br>. Acesso em 28/05/2006.

APÊNDICE 01

Quadro 3: Trabalhos de Conclusão de Curso de Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Catarina consultados para a pesquisa. Quantia das 20 produções acadêmicas que (debatem, analisam ou refletem) na Educação Básica. (Período de 2001 a 2011)

Nº de TCC	Título	Autor	Ano
303385	Serviço Social e Educação: discussões pertinentes à atuação profissional	Fernanda Reis Augusto da Silva	2011
303633	A atuação do assistente social no âmbito da educação básica: seus desafios, atribuições e competências	Franciane Semeoni	2011
303708	Serviço social no âmbito da educação complementar: possibilidades e desafios da intervenção profissional – Uma experiência na ASAS	Vanessa da Silva Palomeque	2011
291152	O papel da educação no processo de profissionalização dos adolescentes aprendizes do Núcleo formação e trabalho da IDES/Promenor: Reflexões a partir do Serviço Social	Silvia Santiago Martins	2010
283323	O Serviço Social e a Educação Infantil: a prática de estágio com as famílias do Centro de Educação Infantil Girassol – CEIG	Roberta Conrad	2010
285069	O enfrentamento da questão social na lógica da inserção do assistente social na política de educação: um estudo reflexivo	Rúbia Pimentel da Silva	2009
284249	Educação infantil a quem pertence esse direito? Contextualização do atendimento da rede de educação infantil do município de Biguaçu: um olhar a garantia do direito da criança e da família	Fabiana Rosa Cardoso	2009
284547	O direito à educação infantil: uma análise reflexiva sobre o olhar das educadoras em relação às crianças abrigadas	Gabriela Augusto Vicente	2009
284723	O direito da criança à educação infantil	Vanessa Teixeira de Souza	2008
285210	O Serviço social no âmbito educacional: possibilidades, desafios e importância da intervenção profissional - uma experiência	Suelen Virgilino	2008

	no Instituto Guga Kuerten. Florianópolis		
285266	Serviço social na educação: o exercício profissional sob as interpretações das profissionais.	Patrícia Chaves de Souza	2008
286095	O Serviço Social na Educação: O trabalho profissional sob a ótica dos usuários do Educandário Santa Catarina.	Marineli Fernandes	2007
283310	As possibilidades de atuação do SS no contexto educacional: uma leitura do fazer profissional no Centro de Educação Complementar (CEC) – Itacorubi	Joseane Michel Silva	2007
286396	O Serviço social no espaço escolar: a experiência no Colégio Marista e Municipal São José	Shirlei Garcia	2006
286419	Evasão Escolar e Ato Infracional: Um desafio para o Serviço Social?	Keila Regina da Silva	2006
287188	O Serviço Social e o Educandário Santa Catarina: uma proposta de educação vinculada ao perfil das famílias atendidas.	Rogéria Nunes Fraga	2005
288024	Violência na escola: Um reflexo da violência social e urbana – uma experiência realizada no Colégio Marista e Municipal São José.	Fernanda Lia da Silva	2004
287609	Cidadania, educação e família: um estudo sobre a importância do Centro de Educação Complementar da Costeira do Pirajubaé.	Daiana Ramos	2004
287733	Ação complementar à escola: uma estratégia do Instituto Guga Kuerten no desenvolvimento integral de crianças e adolescentes	Juliana Garcia Hackebart	2004
287998	O Assistente Social como educador social na esfera da educação complementar pública do município de Florianópolis	Fernanda da Silva	2004

Fonte: Dados sistematizados pelo autor.

APÊNDICE 02

Quadro 4: Palavras-chave dos Trabalhos de Conclusão de Curso de Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Catarina consultados para a pesquisa. Quantia das 20 produções acadêmicas que (debatem, analisam ou refletem) na Educação Básica. (Período de 2001 a 2011)

Palavras- chave indicadas nos resumos	nº de vezes que aparece
Ação complementar à escola	01
Ações Socioeducativas	01
Assistente Social	01
Ato infracional	01
Atuação profissional	02
Centros de Educação Infantil	01
Cidadania	02
Criança e adolescente	03
Criança pequena	01
Crianças	01
Desenvolvimento integral	01
Direitos	03
Educação	09
Educação Básica	01
Educação complementar	01
Educação e família	02
Educação e mídia	01
Educação e qualidade	01

Palavras- chave indicadas nos resumos (Cont.)	nº de vezes que aparece
Educação escolar	01
Educação infantil	03
Educação na perspectiva do jornal Folha de São Paulo	01
Educador Social	01
Escola	01
Evasão escolar	01
Exercício Profissional	01
Família	03
Instituição pública	01
Interdisciplinaridade	01
Política de Educação	02
Política educacional	02
Políticas públicas	01
Prática emancipatória	01
Questão Social	01
Serviço Social	09
Serviços socioeducativos	01
Trabalho Interdisciplinar	01
Violência na escola	01
Violência urbana e social	01
Vulnerabilidade social	01

Fonte: Dados sistematizados pelo autor, tendo como base o projeto de pesquisa (BRESSAN, 2012)

ANEXO 01:

CARLA ROSANE BRESSAN

PROJETO DE PESQUISA

Serviço Social no campo educacional: as ações profissionais do assistente social na política de educação

Projeto de pesquisa submetido ao Edital nº003/2011 do Programa de Apoio à Pesquisa (FUNPESQUISA) sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão (PRPE) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Florianópolis, fevereiro de 2012

TÍTULO: Serviço Social no campo educacional: as ações profissionais do assistente social na política de educação

1- INTRODUÇÃO

A presente proposta de pesquisa, que se apresenta responde ao requisito para a concorrência ao Edital nº003/2011 do Programa de Apoio à Pesquisa (FUNPESQUISA) sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão (PRPE) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O projeto de pesquisa toma como referência a crescente a inserção do assistente social no campo educacional, e de modo especial na política pública de educação básica. Para tanto, propõe-se a analisar “o Serviço Social no campo educacional: as ações profissionais do assistente social na política de educação.”

É sabido também que a escola é uma instituição burguesa e, como tal, voltada a responder aos seus interesses. No entanto, ao longo da história se tornou um espaço fundamental para a classe trabalhadora, onde esta tem possibilidade de se apropriar de conhecimentos necessários à constituição da vida em sociedade. Autores como Gramsci e mais recentemente, Snyders (1981), Enguita (1989,1990), Manacorda(1990), Gentili (1999) dentre outros, chamam atenção sobre a contraditoriedade contida nesse espaço institucional. Se de um lado muitas vezes é tomada como mero espaço de “controle ideológico” e de formação da força de trabalho, voltado aos interesses capitalistas, com a finalidade de manutenção da ordem vigente. De outro lado, essa se constitui também em um espaço de construção da autonomia, sociabilidade e formação do ser social, onde os conhecimentos socializados leve-o a se identificar enquanto classe social. Dessa forma os referidos autores reafirmam que coloca-se no ambiente escolar projetos distintos de construção social, projetos antagônicos e em permanente disputa.

No caso brasileiro, esse processo está fortemente registrado em seu percurso histórico, *onde a* questão educacional emerge como tema socialmente problematizado na estrutura do Estado ligada as marcas conservadoras. A educação no Brasil apresenta, desde a sua origem, um caráter de seletividade e desigualdade de acesso à população.

Enquanto a elite foi sendo preparada para o poder, os pobres “adestrados” para o trabalho (Azevedo, 2004). Temos registrado aqui praticamente um século de movimentos voltados a garantia do acesso à educação (processo histórico que não cabe registrar no presente texto), porém há a necessidade de reafirmar a importância da luta pela educação pública e de qualidade, que nas últimas décadas tem assumido um papel significativo no contexto das classes trabalhadoras sendo desafiada cada vez mais em articular conhecimento (que é trabalhado no contexto escolar) com a realidade social (problemas e/ou necessidades sociais), com a necessidade de instrumentalizar o sujeito a compreender e intervir na realidade (Bressan, 2000).

A escola como local de disputa, se encontra em uma realidade contraditória e dinâmica, é no cotidiano escolar que se manifestam as diferentes expressões da questão social que interferem no processo de ensino-aprendizagem. É nesse contexto de possibilidades e contradições que se abre aos assistentes sociais um espaço importante de atuação nas instancias de educação, de modo que possam colaborar na ampliação e consolidação da educação como direito. O status de política pública dado a educação implica na garantia de acessos e principalmente na qualidade do ensino, de modo que esse possa promover, de fato, o desenvolvimento da pessoa em todos os níveis (físico, mental e espiritual).

A inserção no campo da educação, impõe aos assistentes sociais, o desafio de construir uma intervenção qualificada enquanto profissional que tem como compromisso contribuir na garantia da universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, na sua gestão democrática.

A atuação do serviço social tendo como lócus de atuação a política de educação está atrelada ao campo da garantia dos direitos, da universalização dos acessos e democratização do ensino público, gratuito e de qualidade. O direito a educação e o acesso a permanência na escola, no caso brasileiro, contam atualmente como aportes legais fundamentais como: Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e Adolescente e na Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional, que tem como finalidade a formação do sujeito para o exercício da cidadania, formação para o trabalho e participação na sociedade.

Resumo: Trata-se de um estudo exploratório sobre a inserção do assistente social no campo educacional no Estado de Santa Catarina. Privilegia o estudo política pública de educação, com foco na Educação Básica, prioritariamente ofertado pela rede pública estadual de educação e os municípios que compõe a Grande Florianópolis, de maneira a subsidiar a formulação de programas sociais que contribuam para a concretização do direito à educação pública e de qualidade.

2- OBJETIVOS, METAS E VIABILIDADE

- Objetivo geral - Desenvolver estudos acerca da inserção do Serviço Social no campo educacional e de modo especial na política pública de educação, tendo com foco na educação básica, de maneira a subsidiar a formulação de programas sociais que contribuam para a concretização do direito à educação pública e de qualidade;

- Objetivos específicos -
 - a) Mapear os Programas e Projetos desenvolvidos pela política pública de educação que tem o assistente social em equipes multiprofissionais;

 - b) Analisar as propostas de atuação do SS no campo da educação básica para o enfrentamento das demandas emergentes no espaço sócio-ocupacional;

 - c) Construir uma `cartografia` das experiências profissionais registradas nos Trabalhos de Conclusão de Curso de SS e Dissertações do PPGSS dos últimos dez anos do DSS/UFSC que tem como referência atuação de assistente social na política pública de educação, com foco na Educação Básica;

 - d) Identificar e mapear as principais categorias norteadoras da atuação no campo educacional, presentes nos Trabalhos de Conclusão de Curso de SS e Dissertações do PPGSS dos últimos dez anos do DSS/UFSC;

 - e) Contribuir na caracterização da atuação do assistente social no campo educacional;

Metas do Projeto de pesquisa:

- Revisão Bibliográfica;
- Levantamento de programas e/ou projetos desenvolvidos na rede pública estadual e nos municípios da Grande Florianópolis;
- Construção das sínteses dos dados obtidos da região;

- Construção de Relatório Final;
- Elaboração de artigos científicos e/ou monografias (trabalho de conclusão de curso) que sistematizem os dados obtidos;

3- MÉTODOS E PROCEDIMENTOS

Inicialmente rendo-me ao autor que tive meu primeiro contato por ocasião do mestrado e que indica sabiamente o caminho de compreensão da realidade sob o ponto de vista da totalidade concreta. Além de Marx, poucos autores foram tão explícitos ao demonstrar a importância de investigar dialeticamente a realidade social, chamando atenção para a simplicidade e a complexidade ali sintetizada. Assim, Kosik (1976) nos indica que:

O princípio metodológico da investigação dialética da realidade social é o ponto de vista da totalidade concreta, que antes de tudo significa que cada fenômeno pode ser compreendido como momento de um todo. Um fenômeno social é um fato histórico na medida em que é examinado como momento de um determinado todo; desempenha, portanto, uma função dupla, a única capaz dele fazer efetivamente um fato histórico: de um lado, definir a si mesmo, e de outro definir o todo; ser ao mesmo tempo produtor e produto; ser revelador e ao mesmo tempo decifrar a si mesmo; conquistar o próprio significado autêntico e ao mesmo tempo conferir um sentido de algo mais (p.40).

A perspectiva deste projeto de pesquisa está em analisar a realidade social de forma dialética entendida essencialmente como contraditória e em permanente transformação, como um “momento de um determinado todo” (KONDER, 2009), sendo necessário uma postura crítica, que busque romper com o imediato, com a aparência. Para tanto, é necessário adotar procedimentos metodológicos específicos, vinculado a cada uma das diferentes instâncias de intervenção.

Trata-se de uma pesquisa *qualitativa* de cunho exploratório no qual tem “como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista, a formulação, de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (GIL, 1999, p. 43). Este não tem como proposta medir ou numerar dados, mais sim, de explorar, de buscar respostas ao tema proposto, tornando as informações explícitas, construindo hipóteses a partir dos dados obtidos, a fim de colher indicativos de análise e reflexão sobre a temática tendo como referência os objetivos propostos. Ou

seja “[...] uma análise qualitativa completa interpreta o conteúdo dos discursos ou da fala cotidiana dentro de um quadro de referência, onde a ação e a ação objetivada nas instituições permitem ultrapassar a mensagem manifesta e atingir os significados latentes”. (MINAYO e SANCHES, 1993 apud SERAPIONI, 2000, p4)

Nessa perspectiva, no plano analítico optou-se por realizar uma pesquisa bibliográfica-documental tendo como referência as produções científicas, os Trabalhos de Conclusão de Curso de SS e Dissertações do PPGSS dos últimos dez anos do DSS/UFSC, bem como documentos institucionais definidores de programas e/ou projetos vinculados à política pública de educação básica.

Para tanto, com o objetivo de apreciação dos registros será utilizada a técnica de *análise de conteúdo*, compreendida a partir do que traz Oliveira, que o procedimento “[...] é um conjunto de técnicas de exploração de documentos que procura identificar os principais conceitos ou os principais temas abordados em um determinado texto.” (OLIVEIRA et. al. 2003. p. 6). Segundo a referida autora, tal procedimento de análise busca a definição de categorias e subcategorias como formar de “orientar o pesquisador” (p. 10) na decodificação de dados e elementos contidos nos textos analisados, visando subsidiar edificação de informações, que possam propiciar a construção de novas propostas para a intervenção do Assistente Social. Entendendo, como traz Bardin (1977), que se pretende

[...] tomar em consideração a totalidade de um texto, passando-o pelo crivo da classificação e do recenseamento, segundo a frequência de presença (ou de ausência) de itens de sentido. Isso pode constituir um primeiro passo, obedecendo ao princípio de objetividade e racionalizando através de 70 números e percentagem, uma interpretação que, sem ela, teria de ser sujeita a aval. É o método das categorias, espécie de gavetas ou rubricas significativas que permitem a classificação dos elementos de significação constitutivas, da mensagem [...] (p. 37).

A construção do referencial analítico tem a finalidade de trazer a tona as expressões que possibilitem visualizar a caracterização da atuação do Assistente Social no campo educacional e de modo especial na política pública de educação, com foco na Educação Básica.

4- JUSTIFICATIVA DA EXECUÇÃO DO PROJETO. RESULTADOS E/OU PRODUTOS ESPERADOS

Justifica-se a necessidade e a importância da presente pesquisa se concentrar no campo educacional motivados principalmente pelos fatos de: 1) a trajetória de formação e de experiência profissional da pesquisadora ter ocorrido no campo da política educacional; 2) a inserção da pesquisadora em instâncias de debate que se relacionam diretamente a política e ao direito à educação; 3) pela crescente inserção de assistente social compondo equipe multidisciplinares no espaço educacional, e de modo especial na política pública de educação básica; 4) pela necessidade de contribuir no debate que hora se estabelece no conjunto da categoria profissional vinculado à caracterização da atuação do serviço social no referido campo sócio-ocupacional;

Já a escolha recair objetivamente sobre a política pública de educação, tendo com foco na educação básica, decorre pelo fato de: 1) estar atrelada ao campo da garantia dos direitos, na busca da universalização do acesso e permanência em uma escola pública, gratuita e de qualidade, e comprometida com a democratização do ensino público, voltado ao interesse da maior da população. 2) construir uma intervenção qualificada - enquanto profissional que tem como compromisso contribuir na garantia da universalidade de acesso aos bens e serviços relativos política pública educação básica.

Dessa forma a análise do campo educacional terá como pressuposto os efeitos da reestruturação do capital, fortemente sentido principalmente a partir da década de 1990, onde o Estado tem atuado muito mais na perspectiva de atender aos interesses do mercado internacional e no desenvolvimento dos “novos padrões da força produtiva” e da adequação da força de trabalho. O avanço da tecnologia vem exigir trabalhadores “qualificados para o mercado de trabalho” fazendo com que Política Educacional, hora gestada, se volte para essa direção. Em contraposição a esse movimento, temos a luta pela garantia do direito à educação, enquanto direito humano fundamental. Esse percorre um caminho marcado por inúmeros sujeitos sociais: pelas lutas que afirmam esse direito, pela responsabilidade do Estado em prover os meios necessários à sua

concretização e pela adoção de concepção de uma educação cujo princípio de igualdade contemple o necessário respeito à diversidade.

No caso brasileiro, os movimentos populares na busca da garantia de direitos e da liberdade, democracia, em contraposição ao regime autoritário, ganham forças na década de oitenta, período de reinstalação da democracia no Brasil. E, apenas em 1988, na Constituição Federal, o Art. 205, instituiu a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, a ser promovida e incentivada com colaboração da sociedade, visando o desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Tendo como referência o referido artigo constitucional, a educação brasileira é regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB): Lei Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996.

Entretanto a promessa contida neste artigo da Constituição Federal e em alguns artigos da referida lei, principalmente no que tange ao direito de acesso à educação pública e de qualidade e como dever do Estado, não vem sendo concretizada trazendo consigo o “ranso” ou as “marcas” do antigo regime, somados ainda às mudanças ocorridas no mundo do trabalho, impedem a efetivo acesso ao direito à educação.

É colocado assim significativos desafios à escola pública nas ultimas décadas, principalmente na necessidade de responder aos interesses da classe trabalhadora – freqüentadora a escola pública, oferecendo condições objetivas de trabalho no contexto escolar, que possibilite a sistematização de conhecimentos vinculados às necessidades sociais e que possibilitem ao sujeito uma atitude crítica de intervenção na realidade.

A partir dessa perspectiva impõe-se a necessidade de um conhecimento ampliado e totalizante que coloca-se como horizonte uma realidade dinâmica e que questões emergem dessa realidade em permanente transformação. Que a escola faz parte da realidade social dos indivíduos, sendo assim, é necessário conhecer a aprofundar a relação da escola e seu papel na sociedade e ao mesmo tempo aproximar os pais do ambiente escolar, para que assim possa haver uma troca e o resultado será remetido na vida das crianças e jovens que fazem parte destes ambientes. Sobre nossa inserção no espaço escolar, o apoio do serviço social para garantia do direito a educação é um fator importante, pois atravessa a realidade social das pessoas que se encontram no ambiente

escolar, visto que em geral são fatores que em muitos momentos são difíceis de serem encontrados no dia a dia do ambiente escolar.

“...pensar sua inserção na área de educação não como uma especulação sobre a possibilidade de ampliação do mercado de trabalho, mas como uma reflexão de natureza política e profissional sobre a função social da profissão em relação às estratégias de luta pela conquista da cidadania através da defesa dos direitos sociais das políticas sociais.”(ALMEIDA, 2003,p.02).

O referido autor, traz à tona a questão de que por mais que haja bons argumentos para aproximar o Serviço Social da educação é necessário ver que esta relação “carece de um maior desdobramento, seja do ponto de vista teórico ou político, para sustentar uma justificativa ou explicação quanto à presença dos assistentes sociais na área de educação” (p.02).

As possibilidades de contribuição do serviço social no âmbito educacional são muitas, entre as mais importantes estão: identificar problemas nos fatores culturais, sociais e econômicos, pois esses são os maiores responsáveis pela evasão escolar, comportamentos agressivos, baixo rendimento em sala de aula, entre outros fatores. Sendo assim, o trabalho interdisciplinar nesse contexto é de extrema importância, pois é preciso a contribuição dos educadores, assistentes sociais e psicólogos para um atendimento mais efetivo desses alunos.

- **Resultados e produtos esperados:**

Neste sentido, a proposta de pesquisa que se apresenta pretende como resultados:

1. Formulação de quadro conceitual demonstrativo da implementação do Serviço social no campo educacional na Grande Florianópolis;
2. Produção de novos referenciais analíticos que subsidiem a atuação do assistente social na política pública de educação, de modo especial na educação básica;
3. Elaboração de documento síntese com análise dos dados coletados.

Os resultados também servirão de aporte para a produção de artigos e materiais para a apresentação em eventos da comunidade científica fortalecendo os Grupos de Estudo e Pesquisa da Universidade. Reiterando-se que os dados obtidos no presente estudo proporcionarão o conhecimento acerca das particularidades da atuação do serviço Social no campo educacional permitindo contribuir no desenvolvimento e a implementação de programas multidisciplinares a serem desenvolvidos em parcerias entre os municípios da região pesquisada e da rede pública estadual e a universidade, propondo estratégias, baseadas nos dados levantados.

5- RISCOS E DIFICULDADES

Tendo em vista a natureza da pesquisa (bibliográfica/documental) a mesma não envolve riscos ou ainda não envolve nenhuma intervenção com seres humanos para coleta das informações como entrevista, aplicação de questionários e outras técnicas dessa natureza.

6- OUTROS PROJETOS E FINANCIAMENTOS

A vinculação com projetos de pesquisa esteve presente na vida profissional desenvolvida anteriormente ao ingresso na UFSC como professora do quadro permanente do Departamento de Serviço Social. A experiência profissional anterior foi desenvolvida na Secretaria de Estado da Educação e como colaboradora na Organização Não-governamental – OMEP/BR/SC (organização da sociedade civil). Na OMEP/BR/SC Exerceu a coordenação, execução e análise dos dados da pesquisa: *Diagnóstico Do Pré-Escolar - referente aos dados do Estado de Santa Catarina*, desenvolvida de 08/1988 a 03/1989, desenvolvida conjuntamente com a OMEP/BR-MEC.

Quando da vinculação à programas de pós-graduação, integrei 03 grupos de pesquisa. No programa de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina atuou como membro da linha de pesquisa “Educação e

Trabalho” participando do grupo de estudos e pesquisa sobre a “Construção da Classe trabalhadora em Santa Catarina”.

No processo de doutoramento, foi pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa: - **NEPSAS: Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Seguridade e Assistência Social** – PUC/SP, vinculada ao projeto “*A proteção social contra a exclusão e a serviço da inclusão social*” (programa CAPES/COFECUB), projeto que tem como finalidade estabelecer um intercâmbio de análises a cerca dos conceitos, modelos de ação pública e da construção de referenciais voltados à inclusão social no Brasil e na França.

Como a formação de doutorado foi realizado sob a modalidade de Co-Tutela entre Pontifícia Universidade Católica de São Paulo –PUC/SP e a Université Pierre Mendès France de Grenoble - UPMF/França. No período de estada em Grenoble (fevereiro até dezembro/2003) os trabalhos foram desenvolvidos junto ao Institut D’Etudes Politiques vinculado a UPMF, tendo como local de desenvolvimento dos estudos na **Equipe de Recherches Économiques et Sociales – ERES** e no **Pôle d’Etudes des Politiques Sociales et Econômiques – PEPSE**.

O projeto de pesquisa desenvolvido neste período de estada na França, denominado: “A significação do conceito de ‘Sujeito de Direitos’ que informam as Políticas de Atendimento da área da Criança e do Adolescente Franceses”, esteve inscrito no eixo de investigação dos - Valores e conceitos referenciais de políticas sociais - do projeto “*A proteção social contra a exclusão e a serviço da inclusão social*” (Programa CAPES/COFECUB), buscando compreender os elementos constitutivos da Política de Assistência Social para o segmento criança e adolescente implantado a partir da década de 90 no Brasil. E, a importância de trabalhar com este projeto de pesquisa na França (Grenoble) emergia das significativas mudanças ocorridas naquele País a partir da década de 70 no que se refere à gestão das políticas sociais e de modo especial no processo de democratização da produção destas políticas.

Atualmente, é membro do **Núcleo de Estudos da Criança e do Adolescente – NECAD** (DSS/CSE/UFSC), vinculada a linha de pesquisa *Educação, cidadania e Direitos* e junto ao **Grupo de Estudos e Pesquisa Trabalho e Política Social na América Latina** como membro integrante do projeto de pesquisa: O SUAS EM EM SANTA CATARINA: O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA EM

PERSPECTIVA, projeto vinculado ao Edital MCT/MDS-SAGI/CNPq n. 36/2010 – Seleção Pública de Propostas de Estudos e Avaliação das Ações do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, sob a coordenação da Prof. Dr^a Beatriz Augusto De Paiva.

A proposta de pesquisa intitulada Serviço Social no campo educacional: as ações profissionais do assistente social na política de educação é a primeira proposição da docente visando financiamento institucional, tendo em vista o recente ingresso na UFSC (setembro de 2010).

7- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, J. M. L. de. “O Estado, a política educacional e a regulação do setor educação no Brasil: uma abordagem histórica”, *In*: Ferreira, N. S. C. e Aguiar, M. A. da S. (Orgs.) Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo; Cortez Editora, 2004.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. O Serviço Social na Educação: novas perspectivas sócio-ocupacionais. Texto apresentado no Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, realizado em maio 2007 em Belo Horizonte. (mimeo). Disponível: www.cress-mg.org.br/Textos/textos_simposio/2007.05.19_plenaria8_neyteixeira.doc

_____. Serviço Social e política educacional: um breve balanço dos avanços e desafios desta relação. Texto apresentado no I Encontro de Assistentes Sociais na Área de Educação, no dia 28 de março de 2003 em Belo Horizonte. (mimeo).

_____. Parecer sobre os projetos de lei que dispõem sobre a inserção do Serviço Social na Educação. In: Publicado no Caderno Especial n.26, 2004. p.01 -21. Disponível: <http://www.assistentesocial.com.br/novosite/cadernos/cadespecial26.pdf>

_____. O Serviço Social na educação. In: Revista Inscrita, nº6. Brasília, 2000.

AMARO, Sarita Teresinha Alves. Serviço Social na escola: o encontro da realidade com a educação. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1997.

BACKHAUS, Berenice Beatriz . Prática do Serviço Social escolar: uma abordagem interdisciplinar. Revista Serviço Social e Sociedade . São Paulo, n. 38, ano 13, abr. 1992, p. 37-55.

BERING, Elaine Rossetti. Política Social no contexto da crise capitalista. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, Caderno de textos da especialização. 2009. p. 301-322.

BORDIEU, Pierre. Escritos de educação. (org.) Nogueira, Maria Alice;CATANI, Afrânio. Petrópolis: Vozes, 1998 (Ciências Sociais da educação)

BUFFA, E., ARROYO, M, E NOSELLA, P. Educação e cidadania: quem educa o cidadão? São Paulo: Cortez, 1988.

BUFFA, E. Ideologia em conflito: escola pública e escola privada. São Paulo: Cortez, 1979.

BRASIL, Presidência da República. *Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, Presidência da República. *Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente*, Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990.

BRASIL, Presidência da República. *Dispõe sobre a Organização da Assistência Social*. Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993.

BORGETTO, Michel. LAFORE, Robert. *Droit De L'aide Et De L'action Sociales*. Paris: Montchrestien EJA, 1996.

BRESSAN, Carla R. *et alli*. “Educação Infantil”. In: Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. *Proposta Curricular de Santa Catarina: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio: Disciplinas curriculares*. Florianópolis: IOESC. Cogen, 1998.

_____. “Políticas de atendimento da área da criança e do adolescente e a significação de sujeito subjacente - uma análise necessária”. In: *Anais do 10 Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*. Rio de Janeiro. 2001. v. único.

_____-*et alli*. Serviço Social na Educação. *Grupo de estudos sobre o Serviço Social na Educação*. Brasília: DF, 2001.

_____. “Fórum Nacional de Assistência Social: Debatendo uma política para o Brasil”. In: *Cadernos ABONG nº30*. São Paulo, novembro/ 2001.

_____. “A Educação Infantil no Brasil: o que mudou nas últimas décadas?”. In: *Boletim Orçamento & Política da Criança e do Adolescente nº13*. Publicação do Instituto de Estudos Socioeconômicos – Inesc. Brasília, outubro/2002.

BRESSAN, Carla R. *O direito de proteção social não contributiva à infância e à adolescência no Brasil e na França*. Tese. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC e Universidade Francesa Pierre Mendès France- França. PUC/SP. 2006.

CAMARDELO, Ana Maria. Estado, educação e Serviço Social: relações e mediações no cotidiano. In: *Revista Serviço Social e Sociedade* n 46. São Paulo: Cortez, 1994. p.138-150.

CARNOY, Martin. *Educação, economia e Estado: base e superestrutura (relações e mediações)*. 3ed. São Paulo: Cortez : Autores Associados, 1987.

CAMARDELO, Ana Maria. Estado, educação e Serviço Social: relações e mediações no cotidiano. In: *Revista Serviço Social e Sociedade* n 46. São Paulo: Cortez, 1994. p.150-162.

CFESS. *Serviço Social na Educação*. Grupo de estudos sobre o Serviço Social na Educação. Brasília: DF, 2001.

CUNHA, L.A. *Educação, estado e democracia no Brasil*. São Paulo/ Brasília/ Niterói: Cortez/ FLACSO/EDUFF, 1991.

ENGUIITA, Mariano Fernández. *A Face Oculta da Escola – Educação e trabalho no capitalismo*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FERREIRA JÚNIOR, Amarília; BITTAR, Marisa. *Educação e capitalismo periférico globalizado*. *Revista Ser Social*. Revista semestral do Programa de Pós-Graduação em Política Social. Brasília: SER/UnB, n.4, janeiro a junho de 1999, p. 153-194.

FERNANDES, Angela Viana Machado; MACHADO, Lourdes Marcelino (et al.)(organizadoras) . *Nova LDB: trajetória para a cidadania?* São Paulo: Arte & Ciência, 1998.

FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. 23.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 9.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FREITAG, B. *Escola, estado e sociedade*. São Paulo: Moraes, 1977. *Belo Horizonte: Autêntica/Ação Educativa*, 2004.

FRIGOTTO, Guadêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. 4ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GENTILI, Pablo A. A. *A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo* . Petrópolis: Vozes, 1998.

GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. E GENTILI, Pablo (org.) Escola e S.A. quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília: CNTE, 1999. p.9-49.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1999.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A questão social no capitalismo. Revista Temporalis. N°3. Brasília: ABEPSS, p. 9-32, 2004.

IANNI, Octavio. A Questão Social. Editora: Revista São Paulo em Perspectiva, v.05, n°1, Jan-Mar, 1991.

KOSIK, K. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro:Paz e terra, 1976.

LIBÂNIO,J. OLIVEIRA,J.E E TAOSCHI,M.S. Políticas; Estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. O Serviço Social na área da Educação. In: Revista Serviço Social & Realidade. V 8 N° 1. UNESP, Franca: São Paulo, 1999.

MARTINS, E. B. C. Serviço Social na Educação: trajetória histórica e perspectivas contemporâneas. Revista da faculdade de Ciências Humanas da Unimar. Marília: Unimar, v.6, n. 6 , 2002, p. 41-51.

MARX, K.; ENGELS,F. O manifesto do partido comunista. 6. ed. São Paulo: Global, 1986 .

MARCHESI, Álvaro. Mudanças sociais e mudanças educacionais na América Latina. In: Educação na América Latina: análise de perspectivas. Brasília: UNESCO, OREALC, 2002, p. 97-112.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 8 ed. São Paulo: Hucitec/ Rio de Janeiro: Abrasco, 2004. 269 p.

_____. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 22 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003. 80 p.

NOGUEIRA, Maria Alice. Educação, Saber, produção em Marx e Engels. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1993.

PEREIRA, Potyara A.P. Estado, sociedade e esfera pública. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, Caderno de textos da especialização. 2009. p. 285 -300.

PONCE, A. Educação e luta de classes. São Paulo: Cortez : Autores associados, 1992. Revista em Foco n°3. CRESS – 7ª Região. 2006.

ROMANELLI, O. O. História da educação no Brasil. 23.ed. Petrópolis: Vozes,1999.

3- Levantamento das produções Trabalhos de Conclusão de Curso de SS e Dissertações do PPGSS dos últimos dez anos do DSS/UFSC;		X	X											
4- Mapeamento das experiências que tem como referência atuação de assistente social na política pública de educação;			X	X	X									
5-Contato com as Secretarias Municipais e Educação da Grande Florianópolis e coleta de documentos;			X	X	X									
6- Leitura e análise dos documentos coletados;						X	X	X	X	X	X	X		
7- Elaboração do relatório final													X	X

10- PARTICIPANTES DO PROJETO

PARTICIPANTES DO PROJETO

CARLA ROSANE BRESSAN

Coordenadora

Professora Adjunta I do Departamento de Serviço Social

Centro Sócio-Econômico

Universidade Federal de Santa Catarina

Orçamento:

Código	Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
I-001	Desktop Administrativo	Especificações técnicas - Processador com dois núcleos, 2,8 GHz, memória cache L2 de 512 Kbytes, memória cache L3 de 1096Kbytes, memória RAM 4Gb DDR3, 6 (seis) portas USB 2.0 livres, sendo no mínimo 2 (duas) frontais, sem o uso de adaptadores. Interface de rede FastEthernet (RJ-45), Velocidade de 10/100/1000 Mbits. HD Capacidade de 320 Gbytes, padrão SATA II, velocidade de rotação de 7200 RPM. Mídia Óptica leitor/gravador DVD/RW, compatível com mídias: CD-RW, CD-R, CD+R/RW, DVD+R, DVD-RW, DVD-RW Double Layer, DVD, DVD+R Double Layer e DVD+RW. Gabinete padrão SFF (Small Form Factor) com volume máximo de 13.000cm ³ , cujo projeto permita o uso nas posições vertical e horizontal, com tecnologia BTX; tipo tool free. Teclado com bloco numérico separado, ABNT2; Mouse ótico. Monitor: LCD com no mínimo 19"; resolução 1440x900 em 16 milhões de cores; Sistema operacional Microsoft Windows 7 Professional 64 bits, em português do Brasil.	unidade	1	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00
M-008	Armário Baixo	Com 02 portas e 01 prateleira. Altura: 68,5 cm. Largura: 89 cm. Profundidade: 38 cm. Confeccionado em chapa de arvo plac, MDP ou MDF, com laminado melamínico.	unidade	1	R\$ 240,00	R\$ 240,00
M-002	Estante de Aço	Com 05 prateleiras. Desmontável. Peso máximo por prateleira: 25 Kg. Altura: 180 cm. Largura: 92 cm. Profundidade: 30 cm.	unidade	1	R\$ 115,00	R\$ 115,00
Total Capital:					R\$ 2.855,00	
--	Caneta Esferográfica	caneta esferográfica, material plástico, quantidade cargas 1, material ponta latão com esfera de tungstênio, tipo escrita fina, cor tinta azul, características adicionais material transparente e com orifício lateral	cx com 50 unidades	2	R\$ 25,00	R\$ 50,00
--	papel A4	papel A4, material papel alcalino, gramatura 75, cor branca	resma	10	R\$ 14,50	R\$ 145,00
--	grampeador	grampeador, tratamento superficial pintado, material metal, tipo mesa, capacidade 20, tamanho grampo 26/6, características adicionais comprimento mínimo de 16 cm, normas técnicas abnt nbr 15236/2005	unidade	2	R\$ 10,50	R\$ 21,00
--	grampo grampeador	grampo grampeador, material metal, tratamento superficial niquelado, tamanho 26/6, uso grampeador de mesa	cx com 5000un	5	R\$ 5,50	R\$ 27,50
--	lápiz preto	Lápis preto n.2 c/borracha hb2 conte evolution Bic CX 72 UN	Cx	1	R\$ 29,90	R\$ 29,90
--	carrinho pastas suspensas	Carrinho p/pastas suspensas preto 1131-2 Metalru PT 1 UN	carrinho	1	R\$ 54,90	R\$ 54,90
--	pasta plástica em L	Pasta plástica em L pp 0,15 A4 amarela 4012 Plastpark PT 10 UN	pacote	3	R\$ 5,50	R\$ 16,50
--	pasta suspensa plastificada/masmo rizada	Pasta suspensa plastificada marmorizada plast.cast. 330g Dello CX 25 UN	cx	2	R\$ 50,00	R\$ 100,00
--	pasta sanfona média	Pasta sanfona média 240x330 c/12 divisões fumê SME-12P Plascony PT 1 UN	pt	3	R\$ 8,50	R\$ 25,50
--	clips n.2	Clips nr.2 (lata c/500g) Spiral PT 1 UN	pt	3	R\$ 10,00	R\$ 30,00
--	pen drive 8gb	Pen Drive 8gb DT101G2 Kingston CX 1 UN	cx	2	R\$ 35,00	R\$ 70,00
--	fichário univ. 4arg.	Fichário univ. 4 arg.em polipropileno pink 804-5 Acrimet PT 1 UN	pt	3	R\$ 15,00	R\$ 45,00

Total Custeio:	R\$ 615,30	
Total (Capital+Custeio):	R\$ 3.470,30	